

Rita Martins Ribeiro

**“Educar para o mesmo lado”
A resposta educativa face às crianças institucionalizadas**

— Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em
Educação: Especialização em Administração de
Organizações Educativas

Rita Martins Ribeiro

“Educar para o mesmo lado”

A resposta educativa face às crianças institucionalizadas

Projeto submetido como requisito parcial para
obtenção do grau de

MESTRE

Orientação

Professora Doutora Margarida Delgado Paiva

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES
EDUCATIVAS

Dedicatória

“Não é o que se faz que importa, mas quanto amor se coloca no que se faz”

Madre Teresa de Calcutá

A todas as crianças que passaram e passarão pela minha vida profissional.

AGRADECIMENTOS

“Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós”
(Antoine de Saint-Exupéry in “O Príncipezinho”)

Durante o caminho que percorri na realização do meu projeto apoio, incentivo e força foi o que nunca me faltou e, por isso, apresento o meu sincero obrigada a quem caminhou, ao meu lado, durante toda esta aventura.

À professora Margarida Paiva por toda a disponibilidade, ajuda e, acima de tudo, pela partilha do seu conhecimento.

À Natália Pereira por toda a força que me deu ao longo de todo este percurso.

Um grande obrigada à Casa da Criança que me acolheu durante várias fases da minha vida e que me deu o privilégio de desenvolver o meu projeto.

Com muito carinho agradeço à minha mãe por ser o meu grande pilar e a minha maior força. Ao meu pai por toda a alegria e sentido de humor, que fez com que este caminho se tornasse mais fácil de percorrer. Ao meu irmão por ser a minha eterna criança e o meu “amor para a vida toda”.

Um enorme obrigada à minha avó por ser o maior exemplo da minha vida. À minha madrinha, por toda a cumplicidade e por ser a minha maior confidente. À minha tia Detinha, por toda a amizade e incentivo. Ao Pedro, ao Gabriel, ao Sérgio, a Catarina e à Ana por serem das pessoas mais importantes e por estarem sempre lá.

Por último, agradeço a todos os meus amigos (as) por serem o meu porto de abrigo. Em especial à Sofia, à Sandra e ao Eduardo... por tudo, pela lealdade, presença, apoio e amizade.

A todos o meu sincero obrigada!

RESUMO

A escola proporciona muito mais do que conteúdos programáticos a quem a frequenta. Tem como dever oferecer estímulos sociais e ferramentas para um bom desenvolvimento a todos os alunos. Estamos numa época em que a escola deve adaptar-se ao aluno e não ao contrário e esta realidade deveria estar presente na vida escolar de qualquer um. A escola tem de olhar para cada aluno como um indivíduo próprio com opiniões e ritmos diferentes e, principalmente, ter um olhar mais acolhedor sob todas as crianças.

Este trabalho tem como ponto principal perceber de que forma a escola dá resposta às necessidades educativas das crianças institucionalizadas e para isto, realizamos um estudo de caso utilizando o método qualitativo, recorrendo a entrevistas como ferramentas para a recolha de dados. Tendo sempre presente três objetivos: identificar as necessidades educativas das crianças; compreender como é que os docentes entendem as necessidades educativas e compreender a interação entre a escola-instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças institucionalizadas; Relação escola-instituição. Necessidade educativas; Desenvolvimento;

ABSTRACT

The school provides a lot more than programmed contents to the ones that frequent it. It has as main goal the offer of social stimulation and tools for a good development for all the students. We are in an era when the school should be the one adjusting to the students and not the other way around. This reality should be present in the school life of each student. The schools have to look to each student as a personal individual with different rethemes and opinions e mainly with a warmer/maternal look over each child.

This work has as main focus the understanding of the institutionalized kids education special needs. Baring that in mind we conducted a case study using the qualitative method appealing to interviews as tolls for data collection, always keeping in mind 3 main goals: identification of kids education needs, understand how teachers look at those necessities and what is the interaction between school- institution.

KEYWORDS: institutionalized kids; interaction school- institution; educative necessities; development

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS	xi
LISTA DE TABELAS	xii
INTRODUÇÃO	13
1. CAPÍTULO I- QUADRO TEÓRICO	15
1.1. Família	15
1.2. Resiliência	17
1.3. Resiliência no Indivíduo	18
1.4. Resiliência na família	19
1.5. Afetividade	21
2. CAPÍTULO II	23
2.1. Instituições de acolhimento	23
2.2. Funcionamento das instituições	24
2.3. Crianças institucionalizadas	26
3. CAPÍTULO III	28
3.1. Papel da escola na vida de uma criança	28
3.2. Necessidades educativas	30
3.3. Relação escola- Instituição	33
3.4. Socialização	34
4. CAPÍTULO IV - ESTUDO EMPÍRICO	35
4.1. Problema e Objetivos	35
4.1.1. Problema e sua justificção	35
4.1.2. Objetivos	36

5. Metodologia	37
5.1.1. Metodo qualitativo	37
5.1.2. Estudo de caso	38
5.2. Local de estudo e participantes	39
5.2.1. Associação Casa da Criança	39
5.2.2. Escola EB1\JI de Santa Luzia	41
5.2.3. Participantes	41
6. Técnicas de recolha de dados a utilizar	41
6.1. Confiabilidade	43
7. CAPÍTULO V - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	45
7.1. Entrevistas Às Docentes	45
7.2. Entrevistas ÀS Auxiliares de Educação	53
7.3. Entrevista À Coordenadora Geral\Educadora de Infância	58
7.4. Entrevistas Às Auxiliares da Instituição	63
7.5. Plano de ação	70
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
ANEXOS	82
APÊNDICES	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

CAT	Centro de Acolhimento Temporário
LIJ	Lar de Infância e Juventude
AA	Apartamento de Autonomia
LPCLP	Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
OE	Objetivo Específico
ACC	Associação Casa da Criança
APCG	Associação Paralisia Cerebral de Guimarães
HSOG	Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães
ELI	Equipa Local de Intervenção

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Resumo dos processos-chave da resiliência em famílias.
Tabela 2	Respostas sociais de acolhimento abrangidas pelo Programa “Crianças e Jovens em Risco”

INTRODUÇÃO

A família representa para qualquer pessoa um papel fundamental para o desenvolvimento. Para as crianças, a família deve ser o porto seguro em qualquer situação pois é através desta que se constroem adultos responsáveis e determinados, capazes de enfrentar desafios e de viver em sociedade.

Nem sempre esta realidade está presente para todas as crianças, por vezes, o conceito de família transforma-se, deixando a tríade pai/mãe/filho(s) de ser o que se conhece como “família nuclear”. Por vezes, a necessidade leva a que a criança deixe a sua família e passe a ser acolhida por instituições, temporárias ou não, que desempenharão esse mesmo papel. E sabemos que, nesse momento, tudo muda na construção da personalidade da criança.

O apoio emocional que uma família dá a uma criança não é comparável ao apoio que os técnicos, que trabalham numa instituição, conseguem proporcionar. A institucionalização deve ser o último recurso na vida de uma criança, mas, quando tudo o resto falha, esta será a única maneira de manter a criança protegida de situações de perigo.

Ao longo desta dissertação, que se realiza no âmbito do Mestrado em Educação - Especialização em Administração de Organizações Educativas, da Escola Superior de Educação do Porto -, pretendemos perceber de que forma é que a escola dá resposta às necessidades educativas das crianças institucionalizadas. É fundamental refletir sobre esta realidade para que as crianças que vivem numa instituição de acolhimento tenham as ferramentas adequadas para construírem uma vida e um futuro seguro.

Para uma melhor compreensão do projeto, apresentamos a sua estrutura, que se divide em 5 capítulos. No quadro teórico (capítulos I, II, III), são explorados diversos temas que servem de suporte ao desenvolvimento do projeto. No 1.º capítulo abordamos os temas “Família”, “Resiliência”, “Afetividade”. No capítulo seguinte consideramos relevante fazer referência às “Instituições de acolhimento”, e às “Crianças institucionalizadas”. Para finalizar o quadro teórico, o capítulo III aborda quatro temas “Papel da escola na vida

de uma criança”, “Necessidades Educativas”, “Relação escola-instituição”, “Socialização”.

A 2.^a parte do projeto, na qual se desenvolve o estudo empírico, inicia com o capítulo IV e apresenta a justificação do problema e os seus objetivos. De seguida, no ponto referente à metodologia, caracteriza-se o método utilizado e apresenta-se a justificação da utilização de um estudo de caso, caracterizando o local e os seus participantes. Para terminar o capítulo referido, apresentamos a técnica de recolha de dados implementada. À análise e discussão dos resultados segue-se a proposta de implementação de um plano de ação, que refere a elaboração de um diário de bordo, com o objetivo de combater as necessidades educativas das crianças.

Por último, as considerações refletem sobre o tema principal e o trabalho desenvolvido.

1. **CAPÍTULO I- QUADRO TEÓRICO**

1.1. **FAMÍLIA**

As relações familiares são a base do desenvolvimento social, intelectual e emocional sendo a família o suporte para as primeiras experiências, desde os primeiros vínculos emocionais até ao estabelecimento das primeiras relações sociais (Parke & Buriel, 2006; Teti, 2002, citados por Simões, 2011).

A família vai se transformando, ao longo do tempo, acompanhando as mudanças históricas, religiosas, económicas e socioculturais do contexto em que se insere, podendo ser encontradas diferentes estruturas familiares em diferentes sociedades (Hernández, Rodriguez, & Zamora, 2008; Parke, 2002, citados por Simões, 2011). A família pode, assim, assumir diferentes tipos de composição/estrutura familiar: família alargada ou consanguínea, nuclear ou conjugal, extensa, monoparental, reconstituída ou recomposta, adoptiva, comunitária, e homossexual (Alarcão, 2006; Palacios & Rodrigo, 2008; Relvas, 2004, citados por Simões, 2011).

As famílias nucleares são constituídas por um casal como núcleo, que vive com os seus filhos num ambiente familiar comum. As famílias monoparentais são famílias onde os filhos vivem apenas com um dos seus progenitores (resultado de divórcio, abandono do lar, viuvez, etc), sendo a monoparentalidade, muitas vezes, encarada como uma situação familiar temporária. Por fim, as famílias reconstituídas são formadas por um casal em que, pelo menos, um dos seus elementos já teve outras famílias e em que existe, pelo menos, um filho da relação anterior, podendo ou não haver filhos comuns (Alarcão, 2006; González & Triana, 2008; Parke, 2003, citados por Simões, 2011).

Independentemente da estrutura familiar existente, as funções fundamentais dos pais são favorecer o desenvolvimento e a protecção dos seus

filhos, assegurando a socialização, apropriação e transmissão da cultura de pertença (Herbert, 2004; Relvas, 2004, citados por Simões, 2011).

O conceito de família não é único. Entre muitos, família define-se como a “relação íntima, estável, interdependente entre adultos, associada ou não à filiação e à socialização das crianças” (Minuchin & Fishman, 1997; Palacios & Rodrigo, 1998; Segalen, 1996; Singly, 2000, citados por Delgado, 2013, p.23). Hoje em dia, “este conceito é cada vez menos associado a laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adoção, tendendo a englobar aquele grupo cujas relações sejam baseadas na confiança, suporte mútuo e num destino comum” (Delgado, 2013, p.23). Segundo Bronfenbrenner (1996), a família destaca-se pelos “laços de intimidade e de dependência que se prolongam a longo prazo de uma forma estável e do qual resultam o desenvolvimento das pessoas nela implicadas” (Bronfenbrenner, 1996, citado por Delgado, 2013, p.24). A família deve desempenhar um conjunto de fatores para o desenvolvimento das crianças, entre elas:

- “Assegurar a sobrevivência das crianças, do seu crescimento e a sua socialização nas condutas básicas de comunicação, diálogo e simbolização;
- Proporcionar um clima de afeto e de apoio sem o qual o saudável desenvolvimento psicológico não é possível;
- Garantir a estimulação que permita adquirir capacidades para a relação com o ambiente físico e social assim como para responder às exigências colocadas pela adaptação ao mundo em que vivem;
- «Abrir» a família a outros contextos educativos com quem vai partilhar a tarefa da educação;
- Proporcionar apoio para as diversas transições vitais que o sujeito terá de realizar, nomeadamente a busca de parceiro(a), de trabalho, de casa, de novas relações sociais, etc...”

(Palacios e Rodrigo, 1998, citados por Delgado, 2013, pp.23-24).

Segundo Rosich (2001), a família como “escola dos sentimentos” é insubstituível, pois tem um papel decisivo na configuração da personalidade

dos indivíduos. Embora exista uma variação cultural em relação aos valores e comportamentos parentais, a proteção e o controle social existem em todas as sociedades para assegurar que as crianças são socializadas e, na maioria dos casos, são os pais que têm a responsabilidade de orientar a criança, através de supervisão, ensino e disciplina (Parke & Buriel, 2006, citados por Simões, 2011).

A definição de parentalidade é diversa mas, de acordo com Cruz (2005), Hoghughi (2004) e Ramey (2002) parentalidade é um conjunto de atividades que os indivíduos, que assumem as funções parentais, fazem para promover o seu desenvolvimento.

Assim, “através de apoio, controle, modelação, lições morais e instruções directas, os pais socializam os seus filhos no sentido de os equiparem de competências básicas, para que se possam desenvolver enquanto membros funcionais da sua sociedade” (Harkness & Super, 2002; Newman & Grauerholz, 2002; Sigel & McGillicuddy-De Lisi, 2002, citados por Simões, 2011).

1.2. RESILIÊNCIA

O conceito de resiliência ao longo dos anos foi-se alterando, e nem sempre se manteve coeso por parte de todos os autores. Ao pesquisar o conceito de resiliência podemos perceber que é um tema inserido na psicologia positiva e é um tema bastante complexo.

O termo resiliência é recente e está ligado a características que são desenvolvidas no ser humano, principalmente nas crianças. Estas “podem superar as dificuldades (ser resilientes), porém não são intocáveis” (Grünspun, 2003, citado por Sapienza & Pedromônico, 2005, p.213). Masten (2001), define resiliência como um fenómeno comum e presente no desenvolvimento de qualquer ser humano.

Na psicologia o termo pioneiro de resiliência é a invulnerabilidade. Vários autores como Masten e Garmezy (1985), Rutter (1985), Werner e Smith (1992)

afirmam que “em 1974, o psiquiatra infantil E. J. Anthony introduziu o termo invulnerabilidade na literatura da psicopatologia do desenvolvimento para descrever crianças que, apesar de, em prolongados períodos de adversidades e estresse psicológico, apresentavam saúde emocional e alta competência” (Werner & Smith, 1992, citados por Yunes, 2003, p.77). Ao contrário de Rutter, um dos principais pioneiros no estudo da resiliência, que defende que “invulnerabilidade passa uma ideia de resistência absoluta ao stress, de uma característica imutável, como se fossemos intocáveis e sem limites para suportar o sofrimento” (Rutter, 1993, citado por Yunes, 2003, p.77). Na mesma linha de pensamento, Rutter (1993) considera que “invulnerabilidade passa somente a ideia de uma característica intrínseca do indivíduo, e as pesquisas mais recentes têm indicado que a resiliência ou resistência ao stress é relativa, que as suas bases são tanto constitucionais como ambientais, e que o grau de resistência não tem uma quantidade fixa, mas sim varia de acordo com as circunstâncias” (Rutter, 1993, citado por Yunes, 2003, p.77).

1.3. RESILIÊNCIA NO INDIVÍDUO

No estudo sobre o desenvolvimento humano, muitos dos autores estudam os padrões de adaptação individual da criança conseqüentemente apresentado na idade adulta, ou seja, “procuram compreender como adaptações prévias deixam a criança protegida ou sem defesa quando exposta a eventos estressores” (Hawley e DeHann, 1996, citados por Yunes, 2003, p.78) e estudam também como os “padrões particulares de adaptação, em diferentes fases de desenvolvimento, interagem com mudanças ambientais externas” (Sroufer & Rutter, 1984, citados por Yunes, 2003, p.78).

Citando Rutter, a resiliência “não pode ser vista como um atributo fixo do indivíduo”, e “se as circunstâncias mudam, a resiliência altera-se” (Rutter, 1987, citado por Yunes, 2003, p.79). Mais recentemente, Rutter (1999) define a

resiliência de uma forma mais ampla: “o termo refere-se ao fenômeno de superação de stress e adversidades” (Rutter, 1987, citado por Yunes, 2003, p.79) e categoricamente afirma que “resiliência não constitui uma característica ou traço individual” (Rutter, 1987, citado por Yunes, 2003, p.79).

1.4. RESILIÊNCIA NA FAMÍLIA

Quando abordamos o tema de resiliência na família, o fenômeno deixa de ser considerado como uma característica individual que sofre a influência da família e passa a ser considerada como uma qualidade sistêmica de famílias (Hawley & DeHann, 1996, citados por Yunes, 2003, p.81). Segundo, Hawley e DeHann (1996), a “resiliência em família descreve a trajetória da família no sentido da sua adaptação e prosperidade diante de situações de stress, tanto no presente como ao longo do tempo. Famílias resilientes respondem positivamente a estas condições de uma maneira singular, dependendo do contexto, do nível de desenvolvimento, da interação resultante da combinação entre fatores de risco, de proteção e de esquemas compartilhados” (Hawley e DeHann, 1996, citados por Yunes, 2003, p.81). Vários autores como Rutter, (1987) Werner e Smith, (1992) e Werner, (1993) indicaram, nos seus estudos sobre resiliência no indivíduo, a influência de relações com pessoas significativas e próximas como apoio para superação das adversidades da vida (citados por Yunes, 2003, p.81).

Walsh defende que “a compreensão global de resiliência requer um complexo modelo internacional. A teoria sistêmica expande a nossa visão de adaptação individual para a mutualidade de influências através dos processos transacionais” (Walsh, 1998, citado por Yunes, 2003, p.81) e assim apresenta um sumário dos processos-chave da resiliência em família. (ver anexo 1)

A resiliência está ligada a fatores que podem prever consequências positivas em crianças em situação de risco. Assim, falar sobre resiliência significa abordar

e investigar experiências, não só individuais, mas familiares “que foram afetivas e fortalecedoras frente à adversidade intensa por um longo período de tempo” (Bastos & cols., 2002, citados por Sapienza & Pedromônico, 2005, p.214).

Os fatores de proteção são contributos imprescindíveis para a resiliência, fatores esses que se relacionam com a personalidade da criança, com a família, com as experiências de aprendizagens e com as experiências compensadoras proporcionadas, por exemplo, por um ambiente escolar favorável. Grunspun (2003) acredita que a criança resiliente possui algumas características específicas, entre elas:

- “competência social – uma criança flexível, sensível e atenciosa, que possui habilidade para demonstrar as suas emoções, que comunica bem e, em dificuldades, é capaz de usar o bom humor;
- competência para resolver problemas – é capaz de pensar de forma crítica e elaborar alternativas, encontrando soluções para as suas necessidades;
- autonomia – a criança resiliente tem um forte senso de identidade e auto-estima positiva, mostra independência e autocontrole;
- tem propósitos com confiança no futuro, isto é, propõe metas realistas, é persistente, esforçada, otimista, e vê o futuro com oportunidades e sucesso;
- tem fatores protetores contra os de risco, ou seja, essa criança tem competência social, inteligência, autonomia, auto-estima, autocontrole e auto-eficácia” (Grunspun, 2003, citado por Sapienza & Pedromônico, 2005, pp.214-215).

O conceito de resiliência remete-nos para a possibilidade de aceitarmos que a liberdade e a autonomia podem ser uma oportunidade de crescimento e de desenvolvimento pessoal. O segredo é encontrar um equilíbrio entre proteger as crianças dos riscos enquanto lhes proporcionamos as oportunidades necessárias ao desenvolvimento para a promoção da resiliência.

1.5. AFETIVIDADE

A afetividade, de uma forma geral, permite que a pessoa demonstre os seus sentimentos e as suas emoções. Para Pereira (2007), “a construção dos conhecimentos resulta das interações de natureza histórica, social e biológica que se estabelecem no cotidiano, de modo que se torna necessário aprender a lidar com a dimensão afetiva como se aprende a lidar com outros aspetos de natureza cognitiva, como a escrita e as operações matemáticas” (citado por Ribeiro, 2010, p.404).

A afetividade permite-nos identificar um domínio funcional. O desenvolvimento desta depende da ação de dois fatores, o orgânico e o social. “Entre esses dois fatores existe uma relação estreita tanto que as condições medíocres de um podem ser superadas pelas condições mais favoráveis do outro”, (Almeida, 2008, p.5) conseqüentemente, “a constituição biológica da criança ao nascer não será a lei única do seu futuro destino. Os seus efeitos podem ser amplamente transformados pelas circunstâncias sociais da sua existência, onde a escolha individual não esta ausente” (Wallon, 1959, Almeida, 2008, p.5). “Ao longo do desenvolvimento do indivíduo, esses fatores, em suas interações recíprocas, modificam tanto as fontes de onde procedem as manifestações afetivas quanto as suas formas de expressão. A afetividade que inicialmente é determinada basicamente pelo fator orgânico passa a ser fortemente influenciada pela ação do meio social” (Almeida, 2008, p.5).

A influência do meio social é crucial para o desenvolvimento do ser humano pois sem este a civilização não existiria. De acordo com a teoria do desenvolvimento, podemos encontrar em cada estágio diferentes características de afetividade. Assim, “o estágio impulsivo é marcado pelas expressões/reações generalizadas e indiferenciadas de bem-estar e mal-estar; o estágio emocional pela diferenciação das emoções – as reações ou atitudes de medo, cólera, alegria e tristeza; no estágio personalista e no da adolescência e puberdade, por outro lado, evidenciam-se reações sentimentais e passionais,

sendo o sentimento mais marcante neste último estágio” (Almeida, 2008, pp.6-7).

De acordo com a obra Walloniana, “a afetividade constitui um domínio funcional tão importante quanto o da inteligência (...) são interdependentes em seu desenvolvimento, permitindo à criança atingir níveis de evolução cada vez mais elevados” (Almeida, 2008, p.8).

Para Wallon, “as crianças com comportamentos inadequados (desatenção, agitação, indisciplina) não podem conviver num ambiente repressivo e coercitivo; elas precisam de um ambiente favorável às suas características, de modo a poder conviver com a coletividade. Lidar com esses comportamentos inadequados tem como grande saída o domínio da afetividade, pois eles, geralmente, são decorrentes de uma vida afetiva desequilibrada” (Wallon, citado por Ribeiro, 2010, p.9).

Atualmente, o professor tem um papel crucial na vida de um aluno e no seu desenvolvimento, quer acadêmico, quer pessoal. O professor, cada vez mais tem um papel de “parceiro” do aluno do que de “transmissor” de informações permitindo, assim, uma melhor construção de conhecimentos e uma maior autonomia na formação dos alunos.

Segundo Araújo (1995), Tognetta e Assis (2006) “a sintonia, as relações afetivas e cooperativas, a solidariedade, a tolerância, a demonstração de respeito e de apoio por parte do professor ajudam os alunos a superarem dificuldades escolares” (citados por Ribeiro, 2010, p.404). Por outro lado, “os sentimentos negativos interferem desfavoravelmente e comprometem o processo de aprendizagem das crianças com dificuldade” (Araújo, 1994 & Camargo, 1997, citados por Ribeiro, 2010, p.404).

A afetividade pode despertar ou impedir o processo de aprendizagem dos alunos, do ponto de vista negativo, “a ausência desse fator aparece como a principal fonte de dificuldades da aprendizagem dos sujeitos”; “do ponto de vista positivo, a sua presença favorece a relação do aluno com as disciplinas do currículo e com o professor, e assegura, conseqüentemente, melhores desempenhos nos estudos” (Ribeiro, 2010, p.406).

É normal que os alunos demonstrem um interesse maior pelas disciplinas lecionadas por professores com os quais mantenham maior afinidade. Com o incentivo, os elogios e as trocas de ideias que se vão mantendo na relação professor-aluno, faz com que os alunos se sintam mais motivados à participação e à dedicação nos estudos. (Ribeiro, 2010)

2. CAPÍTULO II

2.1. INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

A lei de proteção de crianças e jovens tem como principal objetivo afastá-las do perigo, colocando-as numa entidade que lhes ofereça segurança, boas instalações e uma equipa técnica adequada, respondendo assim, às suas necessidades, ao seu bem-estar e ao seu desenvolvimento integral, “às instituições compete uma função de controlo social e uma função de promoção da coesão social, pela salvaguarda dos elementos menos protegidos de uma comunidade através da efetivação dos seus direitos” (Carvalho, 2013, p.17).

Para estas instituições, é imprescindível garantir qualquer recuperação física e\ou psicológica que estas crianças e jovens possam ter sido sujeitas. No entanto, tendo por base um tipo de acolhimento temporário, estas instituições visam a (re)integração social e\ou familiar, sendo que no decorrer de todo este processo, estas entidades assumem todas as responsabilidades destas crianças e jovens, a responsabilidade jurídica, social, educativa, escolar. Assim, é “fulcral que as instituições, ao substituírem temporariamente a família de origem, assumam o significado de família junto das crianças e jovens que acolhem” (Alves, 2007, citado por Carvalho, 2013, p.18).

O programa de Gulbenkian de desenvolvimento humano, que abrange o programa “Crianças e jovens em risco”, apresenta três principais respostas sociais, sendo elas:

- Centro de acolhimento temporário (CAT)
- Lares de infância e juventude (LIJ)
- Apartamento de Autonomização (AA)

(Ver tabela 2, anexo 2)

O CAT acolhe crianças e jovens quando a sua institucionalização é de curta duração, inferior a seis meses (n.º2, art.º 50.º, LPCJP), salvo raras exceções, quando existem “razões justificadas, como por exemplo, quando é previsível o retorno à família ou enquanto se procede ao diagnóstico da respetiva situação e à definição do encaminhamento subsequente” (n.º3, art.º 50.º, LPCJP, citado por Carvalho, p.20). Os LIJ dão resposta a um acolhimento prolongado, superior a seis meses (n.º4, art.º50.º, LPCJP, citado por CARVLHO, 2013).

2.2.FUNCIIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES

Os Lares de infância e juventude podem ser especializados ou ter valências especializadas e devem ser organizados segundo modelos educativos adequados às crianças e jovens neles acolhidos (art. 51.º, LPCJP, citado por Carvalho, 2013). O que se espera é que as instituições de acolhimento tenham as instalações, infraestruturas, equipamentos, recursos materiais e humanos suficientes e adequados à função que lhes é exigida. Devem funcionar no ambiente que se deseja o mais familiar possível (art.º53.º, LPCJP) pois “o cuidar deve ser visto como relacional e afetivo, assenta num interesse e consideração pelo outro enquanto pessoa e não apenas na efetiva prestação de serviços” (CID, 2005:167, citado por Carvalho, 2013, p. 20).

As crianças e jovens institucionalizados, para além das necessidades normais ao seu período de vida, têm outras necessidades consequentes das suas experiências de vida. Assim, “assume especial relevância uma organização e estruturação do contexto institucional numa linha de orientação que dê prioridade à (re)construção afetiva e emocional da criança ou jovem, assente numa perspetiva sistémica que articule as diferentes componentes que marcam a vida da criança ou jovem ao nível da justiça, saúde, educação, cultura, formação, lazer, emprego, entre outras possíveis” (Horrocks e Karban, 1999, citados por Carvalho, 2013, p.21).

Viver numa instituição de acolhimento, segundo o Plano de Intervenção, trata-se de “mudança de paradigma do acolhimento na cultura institucional portuguesa está a acontecer e cada Instituição está a caminhar no sentido de refletir sobre a sua missão, a sua visão e os seus valores, adequando-os ao cumprimento da grande responsabilidade que lhe é confiada pelo estado para bem proteger as crianças e jovens que acolhe transitoriamente” (citado por Ferreira, 2013, p.22) e segundo Alberto (2002) define a institucionalização das crianças como “a forma mais simples e mais cómoda de a sociedade solucionar o problema das crianças vítimas de maltrato” (citado por Ferreira, 2013, p.22).

Vários investigadores como Fernandes (2007), Durning (1998), Alberto (2002), consideram que uma má experiência em contexto institucional pode originar exclusão ou isolamento, pelo medo de viver e experimentar situações anteriormente privadas pelo autoritarismo e controlo na vida das crianças e jovens.

A instituição de acolhimento tem como principal função e objetivo proteger a criança ou jovem “garantindo-lhe segurança, confiança e um ambiente confortável que a retire do perigo ou do risco em que se encontrava antes do seu acolhimento” (Gomes, 2010, p.108, citado por Ferreira, 2013, p.24).

De acordo com o Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens, todas as crianças e jovens têm direitos, que constam no regulamento interno, entre eles:

- “Manter regularmente, e em condições de privacidade, contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afetiva, sem prejuízo das limitações impostas por decisão judicial ou pela comissão de proteção;
- Receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, sendo-lhes asseguradas a prestação dos cuidados de saúde, formação escolar e profissional e a participação em atividades culturais, desportivas e recreativas;
- Usufruir de um espaço de privacidade e de um grau de autonomia na condução da sua vida pessoal adequados à sua idade e situação;
- Receber dinheiro de bolso;
- A inviolabilidade da correspondência;
- Não ser transferidos da instituição, salvo quando essa decisão corresponda ao seu interesse;
- Contactar, com garantia de confidencialidade, a comissão de proteção, o Ministério Público, o juiz e o seu advogado.”
(n.º 1, art.º. 58.º, LPCJP, citado por Carvalho 2013, p.20).

A história pessoal do indivíduo, principalmente as experiências vividas no ambiente familiar têm uma grande importância no desenvolvimento da criança, pois, a instituição de acolhimento tem um papel crucial no acompanhamento e progresso de cada criança, atenuando a ruptura familiar e proporcionar-lhes novas experiências e aprendizagens.

2.3. CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS

De acordo com a lei portuguesa, as crianças, são respeitadas enquanto grupo social, onde são dotados de direitos próprios. Na maioria dos casos, o que está previsto na lei nem sempre é o que acontece na sociedade, pelo que

concordamos que “entre o legislado e o vivido quotidianamente em muitos contextos existe uma grande distância” (Carvalho & Ferreira, 2009, citados por Ferreira, 2013, p.105).

A infância é afetada por diversos acontecimentos, muitos deles criados pela sociedade que os rodeia, sociedade esta, que apresenta diversas respostas para as crianças e jovens em situações de risco, com o principal objetivo de assegurar os seus direitos.

Perante uma situação de risco, existem duas respostas à criança e jovem: a reorganização familiar e a institucionalização. No primeiro caso, entidades competentes intervêm para dar respostas aos problemas existentes. No segundo caso, a institucionalização tende em ser temporária, tendo como base, segundo Valles (2009), um “modelo de resgate, proporcionando á criança melhores condições de vida” (Citado por Ferreira, 2013, p.12).

Valle (2009) defende que “o sistema atual de proteção mantém a ideia de lugares de acolhimento residencial, mas com funções muito distintas. Esses lares deverão ter características familiares, em ambientes normalizados e com pessoal qualificado” (citado por Ferreira, 2013, pp.13-14), sendo um lugar provisório apresentam todas as necessidades, segurança e bem-estar até chegarem a uma solução para a situação\futuro da criança.

Anualmente, crianças e jovens são afastadas das suas famílias e meios de origem e são acolhidas por instituições ao abrigo da LPCJP por se encontrarem em situação de perigo. O acolhimento de crianças e jovens é o último recurso na salvaguarda da criança ou jovem e tem como principal objetivo garantir a efetivação dos princípios estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas. O acolhimento institucional foca-se no futuro da criança ou jovem com principal objetivo de uma futura autonomia e (re) integração social e familiar.

3. CAPÍTULO III

3.1. PAPEL DA ESCOLA NA VIDA DE UMA CRIANÇA

Ao longo das últimas décadas, a sociedade portuguesa sofreu diversas alterações e acompanhou um grande desenvolvimento a muitos níveis. Essas alterações são referentes à tecnologia, à economia e as próprias relações interpessoais. A escola é um fator determinante para o desenvolvimento cognitivo e social de uma criança e é na escola que se constrói parte da identidade do indivíduo. Palacios (1995) refere: “As modificações que, durante os anos escolares, produzem-se no conhecimento social das crianças, afetam o modo como compreendem as características dos outros e de si mesmas, bem como a sua conceção das relações que as vinculam e a sua representação das instituições e sistemas sociais em que estão mergulhadas” (citado por Borsa, 2007, p.4).

Quando nascemos somos inseridos num grupo social, pois as nossas necessidades estão forçosamente relacionadas com outras pessoas e este grupo social transmite-nos cultura ao longo do nosso desenvolvimento (Borsa, 2007). Para Coll (1999) e Palacios (1995) “esta transmissão cultural envolve valores, normas, costumes, atribuição de papéis, ensino de linguagem, habilidades e conteúdos escolares, bem como tudo aquilo que cada grupo social foi acumulando ao longo da história e que é realizado através de determinados agentes sociais, que são encarregados de satisfazer as necessidades da criança e incorporá-la ao grupo social. Entre esses agentes sociais estão os pais, os meios de comunicação, a escola e o professor” (citados por Borsa, 2007, p.2).

A escola educa crianças para serem cidadãos. Cidadãos conscientes, responsáveis, com espírito crítico e com capacidades de continuarem com este desenvolvimento. A educação é fundamental para a construção de uma

sociedade democrática. Assim sendo, a educação para a cidadania desenvolve o país e esta mudança começa dentro da escola. O professor é um dos principais atores responsável pela formação dos alunos quanto futuros cidadãos. “A criança chega à escola levando consigo aspectos constitucionais e vivências familiares, porém o ambiente escolar será uma peça fundamental em seu desenvolvimento. Estes três elementos - aspectos constitucionais, vínculos familiares e ambiente escolar - constituirão o tripé do processo educacional” (Outeiral, 2003, citado por Borsa, 2007, p.4).

Como tal, o trabalho do professor é imprescindível e este deve ter a consciência do seu papel perante os alunos, as famílias e a comunidade. O educador tem um papel imprescindível na vida e no desenvolvimento de uma criança. Ser educador é transmitir aprendizagem, apoio, confiança e acima de tudo inspiração ao educando. Desde muito novos que os estudantes\crianças passam a maior parte do tempo do dia com um “educador”, e é neste educador que muitas vezes vão buscar conforto e segurança. Para Palacios, (1995), “no meio escolar, a criança se relaciona com muitas pessoas, com diferentes graus de conhecimento com as quais estabelece relações diversas, sendo, além disso, um âmbito que, em si mesmo, constitui um sistema social, com normas e funcionamento alheios às crianças, mas nos quais esta é mergulhada e deve ir compreendendo” (citado por Borsa, 2007, p.4).

O educador, antes de tudo deve aceitar e assumir que todos os alunos apreendam de forma diferente e precisa de ser reconhecido, antes de aluno como indivíduo. O educador é, sem dúvida, o maior articulador entre a escola e a família e, por isso, deve conhecer a realidade do aluno e entender em que condição é que o educando cresce.

O mesmo autor (Palacios, 1995) refere ainda que “a escola é junto, com a família, a instituição social que maiores repercussões têm para a criança. A escola não só intervém na transmissão do saber científico organizado culturalmente como influi em todos os aspectos relativos aos processos de socialização e individuação da criança, como são o desenvolvimento das relações afetivas a habilidade de participar em situações sociais, a aquisição de

destrezas relacionadas com a competência comunicativa, o desenvolvimento de identidade sexual, das condutas pró-sociais e da própria identidade pessoal” (citado por Borsa, 2007, p.4).

3.2. **NECESSIDADES EDUCATIVAS**

O desenvolvimento escolar de uma criança é um factor crucial para a sua vida e conseqüentemente algumas necessidades educativas têm conseqüências importantes para a sua integração quer na escola quer na sociedade.

As necessidades educativas de cada criança estão, geralmente, relacionadas com os baixos níveis de conhecimento e capacidade que apresentam. Estas necessidades são conseqüências e reflexo das suas experiências e vivências. As crianças institucionalizadas apresentam, muitas vezes, mais fragilidade a nível educacional devido à falta de estrutura familiar. As necessidades educativas que achamos estarem mais presentes no percurso escolar destas crianças são as dificuldades de aprendizagem (a motivação, a autonomia e o sucesso\insucesso escolar), as emoções e o afeto.

Segundo Cunha (2013), alguns autores defendem que a motivação é um conjunto de mecanismos biológicos e psicológicos, ou seja, fatores internos (necessidades, desejos e interesses) e externos (estímulos) ao indivíduo, que leva ao indivíduo a cumprir um determinado objetivo. “Os alunos têm melhores resultados e encontram-se mais motivados na escola quando se sentem apoiados pela família, comunidade e amigos. Quando isto não se verifica, os alunos sentem-se mais desamparados, muitas vezes, deixam de se interessar pela escola e pelas atividades desenvolvidas nesta, podendo reprovar ou abandonar a escola” (Stipek, 1998, Cavenaghi & Bzuneck, 2009, citados por Cunha, 2013).

Existem inúmeros fatores que afetam o sucesso e o insucesso escolar, entre os quais, fatores sociais ou externos, fatores de contexto escolar e fatores pessoais dos alunos (Cunha, 2013). Os fatores externos “vão desde o próprio processo de socialização do aluno no seio da família, assim como a linguagem adotada pelos cuidadores, o apoio prestado pelos mesmos (ou a falta dele), os bens materiais a que tem acesso (ou a falta deles), os hábitos, as atitudes quanto à escola, os projetos de vida (se existirem) e as interações culturais a que a criança se submete nas relações com amigos, com conhecidos e até mesmo a própria zona onde reside, influenciam o desenvolvimento cognitivo das crianças e adolescentes” (Formosinho, 1987; Marchesi & Gil, 2004, citado por, Cunha, 2013, pp.32-33).

Os fatores referentes ao contexto escolar salientam que “a dinâmica escolar e as políticas educativas, designadamente a organização do currículo, os métodos de avaliação, a existência de espaços escolares com qualidade, o próprio corpo docente, no que concerne à sua formação e solidez e, não menos importante a dimensão das turmas, são alguns dos aspetos que interferem com o rendimento escolar dos alunos” (Roazzi & Almeida, 1988, citados por Cunha, 2013, pp.33). E os fatores pessoais salientam que “a motivação, as competências, a própria postura dos alunos face à escola e à aprendizagem vão interferir com o desempenho escolar” (Almeida *et al.*, 2005, citado por Cunha, 2013, p.33), isto “é determinante para o sucesso ou insucesso escolar” (Almeida, Miranda e Guisande, 2008, citados por Cunha, 2013, pp.33). Para Isakson & Jarvis (1999), o envolvimento familiar, no que toca ao fornecimento de recursos e auxílio na autonomia, é um reforço positivo na realização das atividades escolares e no sentimento de competência (Cunha, 2013).

A educação também é construída através das emoções dos afetos, assim sendo, começamos por definir estes dois conceitos. Emoção é “uma reação súbita de todo o nosso organismo, com componentes fisiológicas (o nosso corpo), cognitivas (o nosso espírito) e comportamentais (as nossas ações)” (André & Lelord, 2002, citados por Catarreira, 2015, p.27), uma emoção é também “uma resposta que o corpo dá ao que se passa à nossa volta” (Moreira,

2010, citado por Catarreira, 2015, p.27). Os afetos, por sua vez, são um conjunto de reações de ligam as pessoas que são exteriorizados através das emoções (Catarreira, 2015).

De acordo com Bowlby, a vinculação é o laço afetivo que existe entre a criança e a figura de vinculação. Esta figura “expressa-se através da necessidade de manter a proximidade através de conforto e segurança sendo, portanto, essencial ao desenvolvimento pessoal e social do ser humano” (Matos, P. M. in Costa, M. E, 2003, citados por Catarreira, 2015, p.28). Goleman (2012) reforça a “importância que a infância representa na vida de uma pessoa, justificando-se com o facto de que, são os episódios que vivemos, que definem hábitos emocionais e que irão conduzir-nos ao longo da nossa vida” (Goleman, 2012, citado por Catarreira, 2015. P.30).

Reforçando a perspetiva de Goleman um "ser emocionalmente alfabetizado é tão importante na aprendizagem quanto a matemática e a leitura, (...) a ideia básica é elevar o nível de competência social e emocional nas crianças como parte de sua educação regular — não apenas uma coisa ensinada como paliativo para crianças que estão ficando para trás e que são "perturbadas", mas um conjunto de aptidões e compreensões essenciais para cada criança” (Goleman, 2001, citado por Catarreira, 2015, pp.31-32).

O campo afetivo de uma criança apresenta um papel muito importante para a formação do aluno e para as suas relações interpessoais. O sucesso na aprendizagem necessita de um bom desenvolvimento afetivo pois “o êxito escolar depende muito menos dos fatores intelectuais do que dos afetivos - inúmeros estudos demonstram que a aprendizagem é facilitada quando o indivíduo trabalha com prazer e os seus esforços são coroados de êxito” (Sêco, 1997, citado por Catarreira, 2015, p.33).

3.3. RELAÇÃO ESCOLA- INSTITUIÇÃO

A família e o suporte familiar são, sem dúvida, cruciais para o bom desenvolvimento de qualquer indivíduo. As instituições de acolhimento são, em muitos casos, a família de algumas crianças que, por diversos motivos, são retiradas aos seus familiares. Para ensinar e transmitir conhecimentos a uma criança é preciso perceber o meio e a sua família assim como, estar ciente das suas vivências e história.

A família\instituição faz parte da vida escolar assim como a escola faz parte do dia-a-dia da família\instituição e, para isso, é necessário existir uma boa relação e comunicação, (Ribeiro, 2009) conseqüentemente, e tendo consciência que a instituição represente a família\casa destas crianças, entre a escola e a instituição deve existir uma relação efetiva e tem de haver um compromisso de ambas as partes, “pais e professores não têm de discutir se devem ou não colaborar; são obrigados a isso; todos estão ligados a uma tarefa comum: «criar» as mesmas crianças que, essas não se dividem. Como as boas atrelagens têm de puxar no mesmo sentido” (Honoré, 1980, citado por Ribeiro, 2009, p. 20).

A comunicação é ponto-chave entre qualquer relação e, é através desta que a instituição e a escola podem perceber qual o melhor apoio a prestar às crianças, assim concordamos que a comunicação “deve cumprir a função de estabelecer uma «ligação positiva» entre os indivíduos” (Relvas, 1996, citado por Ribeiro, 2009, p.26).

Como já referimos anteriormente, as crianças institucionalizadas, por toda a bagagem dolorosa que transportam consigo, apresentam necessidades educativas e requerem uma especial atenção, quer por parte da instituição quer por parte da escola, por isso é fundamental que exista uma boa relação de comunicação entre ambas para minimizar possíveis dificuldades e oferecer ferramentas para um bom desenvolvimento às crianças.

3.4. SOCIALIZAÇÃO

A socialização é o principal processo de integração do indivíduo na sociedade. Através da socialização o indivíduo desenvolve o seu espírito de cooperação conseguindo, assim viver em sociedade.

A infância é uma fase importante para as crianças aprenderem orientações e normas sociais, pois ainda se encontram em formação (Parsons e Bales, 1956, citado por, Carvalho, 2010). De acordo com Corsaro (1997), as crianças colaboram para a sua socialização, ou seja, para a construção da sociedade (Carvalho, 2010). Cada trajetória de vida está cruzada com outras trajetórias, nestas ocorrem relações de interdependência que “apelam a indicadores a nível familiar, escolar e de redes de sociabilidade no meio envolvente” (Carvalho, 2010, p.61). É na rede familiar que os indivíduos começam por produzir as competências necessárias para a ação social (LeBlanc e Janosz, 2002; Seaton e Taylor, 2003; Scales et al., 2004, citados por Carvalho, 2010). A socialização é um fator determinante para “a manutenção e funcionamento dos sistemas sociais e da coesão social” (Parsons e Bales, 1956, citado por, Carvalho, 2010, p.58).

Quanto ao grupo de pares, surgem as designadas “culturas da infância”, estas são “formas culturais que radicam e se desenvolvem através de modos específicos de comunicação, a nível intergeracional e intrageracional”, onde as crianças “constroem processos de significação e estabelecem modos de monitorização das suas ações que lhes são particulares, diferentemente dos adultos” (Corsaro, 1997; James et al, 1998; Almeida, 2006; Sarmiento, 2007; Fernandes, 2009, citados por Carvalho, 2010, p.62). Contudo, as crianças também contribuem para a construção da sociedade (Corsaro, 1997; Wyness et al, 2004, citado por, Carvalho, 2010). Segundo Gavarini (2006), as crianças “podem resistir às desigualdades de origem”, assim como “à ação de instituições”, estas crianças podem desenvolver “trajetórias atípicas” (Carvalho, 2010, p.64). No entanto, apesar da existência dos direitos da criança, existem diversas formas de viver a infância pelo mundo (Carvalho, 2010).

4. CAPÍTULO IV - ESTUDO EMPÍRICO

4.1. PROBLEMA E OBJETIVOS

4.1.1. Problema e sua justificação

O principal objetivo, ao longo deste estudo é percebermos “de que forma é que a escola dá resposta às necessidades educativas das crianças institucionalizadas” e, sendo assim, este é o problema do trabalho apresentado.

A família é importante na vida do indivíduo, é uma construção social onde começamos a construir a nossa identidade e onde aprendemos as primeiras regras para conviver em sociedade. Acontece que nem todas as crianças crescem numa família segura e em harmonia e, em muitos casos, são retiradas do contexto familiar à nascença e acolhidas numa instituição.

As instituições de acolhimento têm como principal objetivo proteger as crianças e dar-lhes todas as oportunidades e ferramentas para crescerem saudáveis, preparadas para um futuro e para viverem em sociedade, representando aquela, em muitos casos, a família para algumas crianças. A par da família/ instituição todas as crianças deviam frequentar a escola, pois esta é imprescindível para o desenvolvimento do indivíduo.

É nas escolas que as crianças e os jovens adquirem conhecimentos e competências. Por isso, esta desempenha um papel fundamental e insubstituível. Como Educadora Social, este é um tema que desperta a minha curiosidade e o meu interesse em “entrar” neste mundo tão importante que é a educação. Será que a escola acompanha as necessidades educativas destas crianças? A instituição e/ ou a escola está atenta e trabalha estas necessidades

A criança é um ser em constante crescimento, desenvolvimento e mudança, estando sujeita a várias influências (Damião, 2004), e é fundamental assegurar o desenvolvimento e bem-estar de crianças e jovens institucionalizados, quer do ponto de vista pessoal e social, quer a nível escolar ou formativo.

4.1.2. **Objetivos**

“O ser humano aprende na medida em que participa na descoberta e na invenção.”

(E. Sábato, Correio de Unesco, agosto, 1990 in Serrano)

Os objetivos de um projeto são a finalidade que queremos alcançar com a execução de uma ação, sendo estes o ponto-chave para o plano de ação. Os objetivos, segundo Espinoza, “são os propósitos que se pretendem alcançar com a execução de uma ação” (Espinoza, 1986, citado por Serrano, 2008, p.44).

Os objetivos gerais, “são aqueles propósitos mais amplos que definem o quadro de referência do projeto” (Espinoza, 1986:86, citado por Serrano, 2008, p.45), ao contrário dos objetos específicos que “são mais concretos do que os objetivos gerais e identificam de forma mais precisa aquilo que se pretende alcançar com a execução do projeto” (Serrano, 2008, p.46). Assim sendo, o objetivo geral e os específicos deste projeto são:

Objetivo geral

“Compreender de que forma as crianças institucionalizadas em escolas regulares recebem respostas adequadas às suas necessidades educativas.”

Objetivos específicos

OE.1) Identificar as necessidades educativas das crianças;

OE.2) Compreender como é que os docentes entendem as necessidades educativas das crianças;

OE.3) Compreender a interação entre a escola-instituição;

OE.4) Perceber como a escola reage e resolve o(s) problema(s);

5. METODOLOGIA

5.1.1. Método qualitativo

Investigar, como referem Ludke e André (1986) e Santos (1999, 2002) é um esforço de elaborar conhecimento sobre aspetos da realidade na busca de soluções para os problemas expostos, tal como afirma Bell, “uma investigação é conduzida para resolver problemas e para alargar conhecimentos sendo, portanto, um processo que tem por objetivo enriquecer o conhecimento já existente” (Bell, 1997, citado por Miranda, 2009, pp.33-34).

Na área da educação, realizar uma investigação requer um conjunto que características específicas, próprias dos fenómenos educativos em estudo, com uma variedade de fins e objetivos que lhes estão associados (Santos 1999, 2002, citado por Miranda, 2009).

O método de pesquisa qualitativa tem como base o estudo e à análise do mundo empírico o próprio ambiente natural, isto é, quando optamos por fazer uma pesquisa qualitativa a definição do problema e os objetivos do estudo já estão pré-definidos pois o método qualitativo parte de questões ou interesses amplos, que, no decorrer do estudo se vão tornando mais diretos e específicos. (Miranda, 2009)

Nesta abordagem é imprescindível o contato direto do investigador com o ambiente e os participantes que estão envolvidos no estudo. Ao longo de toda a pesquisa, o investigador deve ser capaz de analisar, observar, selecionar e interpretar todos os dados e informação que esta a decorrer a sua volta, assim como preocupar-se com todo o processo e não só com o resultado final. O principal objetivo do método qualitativo é verificar como determinado objetivo se desenvolve nas atividades, e interações diárias (Miranda, 2009).

Assim sendo, este estudo que envolve crianças, escolas e profissionais da área da educação e foi realizado através de um contacto direto do investigador com os entrevistados\ambiente, traduziu-se numa pesquisa qualitativa.

5.1.2. **Estudo de caso**

O estudo de caso é um método de pesquisa que tem como objetivo explorar, descrever, avaliar e transformar. De acordo com Becker (1994) & Goldenburg (1997) “a origem do estudo de caso tem início na pesquisa médica e na pesquisa psicológica, analisando, de modo detalhado, um caso individual para adquirir conhecimento do fenómeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso” (citados por Ventura, 2007, p. 384). Lüdke e André defendem “o estudo de caso como estratégia de pesquisa é o estudo de um caso, simples e específico ou complexo e abstrato e deve ser sempre bem delimitado” (citados por Ventura, 2007, p. 384). Os estudos de caso podem ter o foco apenas em uma unidade (caso singular\um indivíduo) ou múltiplo (vários indivíduos\organizações).

O estudo de caso, tal como qualquer outro método, apresenta vantagens e desvantagens. De uma forma mais positiva, o estudo de caso permite-nos apresentar simplicidade nos procedimentos, estimular novas descobertas, apresentam simplicidade nos procedimentos e as provas apresentadas de casos múltiplos são consideradas mais convicentes. Por outro lado, este método

exige ao investigador uma série de competências, pois está intimamente envolvido na investigação, existindo uma dificuldade de generalização dos resultados que se obtêm (Ventura, 2007).

Este estudo, embora se processe de uma forma simples, exige que ao investigador uma especial atenção e cuidado, uma capacidade de fazer boas perguntas, ser um bom ouvinte, ser adaptável, flexível, ser imparcial e separar as suas ideologias e preconceitos. O estudo de caso contribui para compreendermos melhor os fenómenos individuais e processos organizacionais da sociedade (Ventura, 2007).

5.2. LOCAL DE ESTUDO E PARTICIPANTES

5.2.1. Associação Casa da Criança

*“Toda a criança tem direito a um colo”
(Casa da Criança, 2013)*

A Associação Casa da Criança (ACC) é uma instituição particular de solidariedade social sem fins lucrativos situada na cidade de Guimarães desde o ano 2001. Esta instituição funciona como instituição de acolhimento temporário de crianças vítimas de maus tratos, negligência ou abandono.

Desde o início do ano de 2007 que o edifício desta instituição se mudou para o centro histórico da cidade (património mundial da humanidade) e, desde então, esta tem capacidade para acolher dezoito crianças (dos 0 aos 12 anos), proporcionando-lhes “uma casa bonita, confortável e luminosa com um excelente jardim para as suas brincadeiras” (Casa da Criança, 2013).

A Associação Casa da Criança tem como missão “promover e defender a Convenção dos Direitos da Criança (...) nomeadamente através da criação de infraestruturas de acolhimento para crianças em risco, em estreita colaboração com as entidades oficiais envolvidas na defesa dos seus direitos e proteção” e visa afirmar-se “como instituição de solidariedade social de referência, no quadro da nossa comunidade, pela intervenção social e qualidade dos serviços prestados”. Tal com outras instituições, a ACC tem estabelecidos alguns valores que luta por cumprir diariamente, tais como, a transparência (“anualmente publicamos um relatório de contas e de atividades que pode ser consultado no menu notícias”), a confiança (“acreditamos nas pessoas, respeitamos a sua identidade, agradecemos o contributo de cada um e promovemos o desenvolvimento e a cooperação”), integridade (“defendemos os princípios de transparência, ética e respeito das relações interpessoais”), superação de resultados (“promovemos o potencial criativo dos nossos colaboradores e a formação de forma a nos ultrapassarmos e fazer o impossível”) e excelência (“trabalhamos focados na eficácia, na segurança e cumprimento dos objetivos estabelecidos”) (Casa da Criança, 2013).

A ACC é constituída pela direção onde se encontra o coordenador geral. De seguida, é composta por três grupos: a administração, a equipa de apoio e a equipa técnica e educativa. A equipa de apoio é constituída por uma cozinheira e por uma auxiliar de serviços gerais. A equipa técnica e educativa é formada por uma assistente social, uma educadora de infância (que exerce a função de coordenadora geral) e pelas auxiliares de ação educativa.

Na ACC funciona também, diariamente, o voluntariado. O voluntariado é um grande contributo para a ajuda do bom funcionamento desta instituição auxiliando nas principais áreas, tais como, o berçário, a creche, nas tarefas de apoio à casa, terapias e piscina.

5.2.2. Escola EB1\JI de Santa Luzia

O Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda é um agrupamento situado no concelho de Guimarães e é composto pelo-pré-escolar (Eb1\JI de Santa Luzia), duas escolas de 1º ciclo (Eb1\JI de Santa Luzia e Eb1 da Pegada), uma escola de 2º e 3º ciclo (Eb2\3 Egas Moniz) e uma escola secundária (Secundária Francisco de Holanda). Este agrupamento é constituído por 2560 alunos, sendo deste total, 320 do 1º ciclo.

A escola Eb1 de Santa Luzia acolheu as 4 crianças da casa da criança durante o último ano letivo (2018\2019).

5.2.3. Participantes

A ACC, desde 2007, já acolheu cerca de 130 crianças que foram encaminhadas para a adopção ou foram reencaminhadas para a sua família biológica. Neste momento, a instituição acolhe 12 crianças, dos 1 aos 12 anos. Entre estas 12 crianças, este trabalho está focado em apenas 4 crianças, com idades compreendidas entre os 6 e dos 9.

O Pedro e a Ana (9 anos), o Gabriel (8 anos) e o Miguel (7 anos), (nomes fictícios), frequentam a escola Eb1 de Santa Luzia. O Pedro e a Ana frequentam a mesma turma, o 4º ano. O Gabriel frequenta o 3º ano e o Miguel o 2º ano.

6. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS A UTILIZAR

A técnica de recolha de dados utilizada, no nosso trabalho, foi a entrevista semi-estruturada. Haguette (1997) define entrevista como “um processo de

interacção social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objectivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (Haguette, 1997, citado por Miranda, 2009, p.41).

A realização da entrevista é das partes mais importantes de qualquer investigação e, conseqüentemente, requer algum tempo e uma especial atenção, tais como:

- o planeamento da entrevista (procurando alcançar o principal objetivo do estudo);
- a escolha do entrevistado;
- a oportunidade da entrevista (disponibilidade do entrevistado);
- as condições favoráveis (confidencialidade);
- a preparação específica (formulário com as questões importantes (Lakatos & Marconi, 1996, citados por Miranda, 2009).

As perguntas devem ser feitas ao ritmo do entrevistado, isto é, na sequência do pensamento do entrevistado dando, assim, uma continuidade à conversa, conduzindo a entrevista com um certo sentido lógico para o entrevistado. (Bourdieu, 1999, citado por Miranda, 2009).

Existem diversos tipos de entrevistas, sendo as mais importantes a entrevista estruturada, semi-estruturada e aberta. Tal como já referi anteriormente, utilizei a entrevista semi-estruturada.

Numa entrevista semi-estruturada utilizam-se perguntas abertas e perguntas fechadas. O entrevistador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas manter a entrevista num registo informal. O papel do entrevistador é o de dirigir a entrevista para o assunto principal, acrescentando, sempre que achar oportuno, algumas perguntas “extras” para esclarecer dúvidas que possam surgir (Miranda, 2009).

6.1. CONFIABILIDADE

As entrevistas foram elaboradas pela investigadora e, posteriormente, apresentadas à orientadora deste trabalho para as devidas correções e ajustes. Após a sua verificação e conseqüentemente a sua correção, a realização das entrevistas foi autorizada por parte da orientadora. As entrevistas foram realizadas, após a devida autorização por parte da instituição e da escola.

7. CAPÍTULO V - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo pretendemos analisar e discutir os resultados das entrevistas realizadas. As primeiras entrevistas foram realizadas às três docentes da escola Eb1\JI de Santa Luzia e às três auxiliares de educação que se voluntariaram rapidamente para participarem neste estudo. De seguida, e já na instituição de acolhimento, foram realizadas as entrevistas à coordenadora geral que exerce, também, o papel de educadora de infância e às três auxiliares. Embora existam mais duas auxiliares a trabalhar na instituição, estas são de contratação recente e não se sentiam confortáveis para abordar o assunto. É importante salientar que estamos conscientes que estamos perante uma amostra muito reduzida, mas pretendíamos realizar o estudo apenas nesta instituição.

7.1. ENTREVISTAS ÀS DOCENTES

As primeiras entrevistas apresentadas e analisadas são as entrevistas referentes às docentes.

Docentes

Pergunta 1

O que entende por necessidade educativa de uma criança institucionalizada? Que possíveis soluções encontram para este problema (intervenção psicológica, professor de apoio, educação especial...)?

Docente A	Docente B	Docente C
<p>“ (...) muitas carências afetivas, causadas pelos seus dramas familiares.”</p> <p>“(...) repercussões na sua vida escolar, bem como nas atitudes e postura que adotam perante a escola e perante os outros.”</p> <p>“ (...) devem ser usadas práticas de ensino/aprendizagem diversas e diferenciadas e com recursos humanos especializados, de acordo com as necessidades apresentadas pelos alunos.</p>	<p>“Devido à falta de um suporte familiar e à história de vida (...) necessita de ser integrada (...) com um acompanhamento personalizado “</p> <p>“ (...) provem de um meio social desfavorecido. “</p> <p>“(...) desenvolver as suas caraterísticas individuais, (...)”</p>	<p>“Crianças institucionalizadas são aquelas que por diversos motivos foram retiradas aos pais biológicos (...) encontrarem em situação de perigo. “</p> <p>“ (...)apoio educativo, intervenção psicológica, educação especial.”</p>

Das respostas obtidas, verifica-se que todos os docentes entendem por necessidade educativa a importância de um maior suporte educativo, sendo as carências afetivas o espelho da falta de suporte familiar assim e, citando Delgado (2013) “a família desempenha um conjunto de funções nomeadamente de reprodução, de socialização, de educação dos filhos, e também funções afetivas, de proteção e de segurança, proporcionando a estabilidade emocional dos seus membros” (p.23) por isso estas crianças necessitam de um maior acompanhamento e este tem que se ajustar às suas

necessidades e características. Conseqüentemente, precisam de um apoio educativo e acompanhamento psicológico. Esta intervenção visa desenvolver as capacidades e competências dos indivíduos, promovendo o desenvolvimento pessoal e social.

Pergunta 2 Quais as maiores dificuldades que as crianças manifestam a nível da escolaridade?		
Docente A	Docente B	Docente C
<p>“mais resguardadas, não verbalizam o que sentem (...)”</p> <p>“ (...) apresentam dificuldades de aprendizagem (...)”</p> <p>“ (...) falta de concentração e muitas vezes motivação.</p>	<p>“Capacidade de conceptualização, de generalização dos conhecimentos, de expressão dos mesmos na sua forma verbal, raciocínio matemático e concentração.”</p>	<p>“(...)o domínio comportamental e o cognitivo.”</p> <p>“(...)déficit de atenção /concentração, muito inseguras ao nível relacional (...)”</p> <p>“(...) dificuldades de aprendizagem.”</p>

Considerando as respostas obtidas, percebemos que existe uma coerência nas mesmas, no que diz respeito às dificuldades manifestadas, sendo estas as dificuldades de aprendizagem, a falta de concentração e a generalização de conhecimento. É também comum as inseguranças destas crianças e a forma com estas expressam os seus sentimentos.

Pergunta 3 Como é que se diferenciam no aproveitamento escolar em relação aos colegas da turma?		
Docente A	Docente B	Docente C

<p>“Nota-se uma falta de motivação e suporte familiar, (...)”</p> <p>“ (...)verifica-se esta vertente emocional, pessoal e social, (...)”</p>	<p>“A motivação, estímulos e expectativas familiares, a exposição a determinados recursos, a estabilidade emocional e social.”</p>	<p>“(…) aproveitamento escolar um pouco abaixo da média das turmas (...)”</p>
---	--	--

Analisando as três respostas obtidas, verificamos que a falta de suporte familiar se reflete no baixo aproveitamento escolar, na desmotivação e no lado emocional destas crianças pois o “envolvimento parental e o apoio contribuem para a autonomia do aluno na realização das actividades académicas e funcionam como um reforço positivo na realização e no sentimento de competência” (Veiga & Antunes, 2005). Assim, o aproveitamento escolar destas crianças é baixo para a média calculada num aluno tipo.

<p>Pergunta 4</p> <p>A que entidades externas é que a escola recorre de forma a minimizar as necessidades educativas destas crianças?</p>		
Docente A	Docente B	Docente C
<p>“Centro de Saúde/ médicos, enfermeiros, centros de terapêuticas.”</p>	<p>“Centros de saúde; centros terapêuticas”</p>	<p>“(…) estruturas (...) são internas (...)”</p> <p>“ (...) Serviço de Orientação e Psicologia do agrupamento. “</p>

As docentes identificam os Centros de Saúde, Centros Terapêuticos e, também, Serviço de Psicologia com entidades a que recorrem para minimizar as necessidades educativas das crianças. Estes servem como apoio à instituição no que toca à saúde dos utentes e à recuperação de atrasos de

desenvolvimento que estas crianças transportam consigo e que se refletem quer no seu desenvolvimento quer no seu aproveitamento escolar.

Pergunta 5 Que tipos de problemas trazem as crianças para a escola?		
Docente A	Docente B	Docente C
“Geralmente não acompanham com normalidade o currículo (...)” “(...) distanciamento das aprendizagens, apresentando pouco empenho, interesse e motivação.	“Um perfil de desempenho discrepante (...)” “Falta de expectativas e motivação.”	“(...) necessitam de muita atenção por parte dos professores, sobretudo no domínio afetivo, (...)”

De uma forma geral, o empenho, interesse e falta de motivação são os principais problemas apresentados, sendo a falta de atenção e de afeto também referenciado. O fraco desenvolvimento escolar é, muitas vezes, relacionado com domínio afetivo, de acordo com um estudo de aplicação, Feshbach & Feshbach (1987) “afirmam que o desenvolvimento cognitivo e a performance escolar sofreram interferência direta das disposições afetivas. A expressão de disposição afetiva depressiva e a agressividade (...) parecem fomentar e sustentar um funcionamento cognitivo” (citados por Jacob e Loureiro, 1996). Sendo a criança institucionalizada sujeita a grande pressão afetiva e emocional, por vezes, resta-lhe pouca disponibilidade para a aprendizagem escolar. Daí advêm as dificuldades e a discrepância entre elas e o aluno tipo, refletindo-se no seu desenvolvimento escolar e outros.

Pergunta 6		
Que tipos de relação estabelecem as crianças com os seus pares?		
Docente A	Docente B	Docente C
<p>“ (...) integram-se no grupo, mas com alguma relutância, demonstrando por vezes algum desconforto e desconfiança.</p>	<p>“(…) apresenta sentimentos de pertença e atitudes de cumplicidade (...)” “(…) alguma falta de autocontrolo e conflito pontuais. “</p>	<p>“ (...) há casos de crianças que se integram sem problemas (...)” “(…) outras que se vitimizam ou são mais intolerantes e agressivas com os colegas.“</p>

Das respostas obtidas podemos verificar que a falta de autocontrolo e desconfiança é um dos pontos em que todas as docentes são coerentes. Como consequência, esta ausência de autocontrolo pode levar à agressividade e, desta forma, comprometer a relação das crianças com os seus pares. Esta agressividade pode ser justificada pela rutura familiar pois esta é um fator que pode desenvolver atitudes e ações agressivas nas crianças, citando Henggeler (1989) que, de acordo com estudos que realizou, existe uma “grande associação entre os comportamentos agressivos e as relações familiares onde não existe afecto e onde há grande conflito e hostilidade”, na mesma linha de pensamento do autor “o afecto familiar está intrinsecamente relacionado com o comportamento agressivo, mesmo quando são controladas as variáveis demográficas e psicossociais” (citado por Rego, S., Sani, A., p.114).

Pergunta 7 Que tipos de comportamento disruptivo (de relação, fruto, agressividade, isolamento, ansiedade, frustração) apresentam no espaço escolar?		
Docente A	Docente B	Docente C
“ (...) alguma agressividade, frustração, impaciência, falta de autoestima e abstração. ”	“agressividade, frustração, impaciência, falta de auto-estima, dispersão da atenção.”	“(...) revelam alguma insegurança emocional, ansiedade (...)” “(...) alguma incapacidade para lidar com momentos de frustração. “

É notório que a agressividade, frustração, impaciência e falta de autoestima são os principais comportamentos apresentados no espaço escolar. De acordo com Aguado (1996) “crianças socialmente ineficientes apresentam com mais frequência comportamentos agressivos com os seus colegas, uma vez que, as crianças sem amigos têm muito menos oportunidades para desenvolver a sua competência social. A pressão ou a rejeição do grupo de pares pode estimular algumas formas de comportamento menos aceitáveis” (citado por Carmo, 2013, p.6). É importante, também, salientar que “as características individuais da criança, como o nervosismo, ansiedade, pouca inteligência, fraco controlo do comportamento, e o estatuto social e económico da família, (...) podem também estar associados a práticas comportamentais agressivas” (Derbardieux, 2002; Smith & Sharp, 1994, citados por Carmo, p.6).

Pergunta 8		
Como vê a relação criança-instituição? O que revelam as crianças sobre a instituição (o que contam)?		
Docente A	Docente B	Docente C
<p>“ Atividades desportivo e de lazer (...)”</p> <p>“ (...) apoio escolar, exigência e cumprimento de regras.”</p>	<p>“Segurança, acompanhamento, afetividade.”</p> <p>“Atividades no exterior, apoio escolar, exigência e cumprimento de regras.”</p>	<p>“ (...) são muito bem cuidadas (...)”</p> <p>“ (...)transmitem uma relação de respeito pela instituição e de confiança nas técnicas (...)”</p> <p>“ (...)veêm a instituição como um local de passagem e têm a expectativa de recuperar a família.”</p>

Inquiridas sobre a relação entre a criança e a instituição, podemos verificar que as respostas são coesas por parte das docentes, onde referem que o apoio escolar, a referências às regras da instituição, o acompanhamento e respeito são referidas pelas crianças. Também, podemos verificar que existe uma resposta que refere a instituição como um local de passagem pois, estas crianças têm sempre a esperança de um regresso a casa.

Pergunta 9 Que resposta é que a escola, presentemente, dá a estas crianças de forma a minimizar as dificuldades educativas?		
Docente A	Docente B	Docente C
“Acompanhamento Pedopsicologia, Apoio Educativo, Apoio Especializado, terapêuticas, desenvolvimento de Projetos Sociais e Culturais, apoio de Tutorias”	“Apoio Educativo, Apoio Especializado, Terapêuticas, desenvolvimento de Projetos e Culturais.”	“ (...)as mesmas respostas que dá a outras crianças com dificuldades educativas.”

Analisando esta questão, verificamos que as respostas que a escola oferece as estas crianças são o apoio educativo, desenvolvimento de projetos sociais, apoio especializado e terapêutico. Verifica-se que a escola procura ir de encontro às necessidades das crianças através do fornecimento de soluções que passam por estes apoios.

7.2. ENTREVISTAS ÀS AUXILIARES DE EDUCAÇÃO

No nosso próximo passo, vamos analisar as entrevistas feitas às auxiliares de educação da escola. É importante relembrar a importância que estas auxiliares têm na vida de qualquer aluno. São elas que convivem diariamente com todas as crianças, que estão presentes nos momentos mais descontraídos sendo, certamente, das pessoas mais importantes, dentro de uma escola, para qualquer aluno.

Auxiliares da escola

Pergunta 1 Que tipos de problemas trazem as crianças para a escola?		
Auxiliar A	Auxiliar B	Auxiliar C
<p>“A nível de comportamento são crianças normais (...)”</p> <p>“ A nível de miminho e falta de atenção (...) percebesse que são mais frágeis”</p> <p>“(...) pelos recreios são crianças perfeitamente normais (...)”</p>	<p>“não trazem problemas, apenas necessitam de mais atenção, carinho”</p> <p>“sentimos que têm falta de carência afetiva.”</p>	<p>“São miúdos normais como os outros (...)”</p> <p>“São as brigas do costume, talvez para chamarem a atenção (...)”</p>

Nas respostas obtidas nesta questão, é notória a coerência entre os três entrevistados, focando a falta de atenção e necessidade de carinho das crianças. Verificamos, também que todos afirmam que não existem problemas fora do normal. Estas crianças, do ponto de vista das auxiliares da escola, apenas necessitam de mais atenção e afeto o que é um ponto crucial na sua vida, pois, e citando Bassedas et al., (1999) “a segurança emocional da criança e a possibilidade de estar preparada para estabelecer relações com outras

“pessoas e objetos é fundamental para o seu desenvolvimento” (citado por Silva, 2019, p.12).

Pergunta 2 Que tipos de relação estabelecem as crianças com os seus pares?		
Auxiliar A	Auxiliar B	Auxiliar C
<p>“Eles brincam todos juntos (...)”</p> <p>“Claro que tem as suas brigas (...)”</p>	<p>“(…) um bom relacionamento com os seus pares.”</p> <p>“(…) brincam de forma aprazível com os seus amiguinhos.”</p>	<p>“Muito boa no geral (...)”</p> <p>“(…) notamos que as vezes tentam defender os amigos da Casa (...)”</p> <p>“(…) é sinal que lá na instituição fazem um bom papel.”</p>

Pretendendo conhecer que tipos de relações estabelecem as crianças com os seus pares, podemos concluir que todos os inquiridos afirmam que existe um bom relacionamento entre as crianças, que tendem em brincar sempre juntos. É importante salientar que existe uma relação de proteção e defesa entre as quatro crianças da instituição. A relação com o outro é essencial em qualquer fase de vida de todos os indivíduos, concordando assim com Mota & Matos (2010) que defendem que “o grupo de pares é considerado uma fonte de apoio e compreensão, funcionando como marcos relevantes na construção emocional dos jovens. Estas relações potenciam a aprendizagem de competências de resolução de conflitos, de autocontrolo e de manutenção da proximidade relacional” (citados por Silva, 2010, p.25).

Pergunta 3		
Que tipo de comportamento disruptivos (de relação, fruto, agressividade, isolamento, ansiedade, frustração) apresentam no espaço escolar?		
Auxiliar A	Auxiliar B	Auxiliar C
<p>“Tem uma autoestima mais baixa do que as outras crianças no geral (...)”</p> <p>“(...) gostam muito de ajudar.”</p> <p>“Tem momentos que estão mais alterados (...) a ansiedade de irem a casa ou terem ido”</p>	<p>“(...) se isolam, precisam de muita atenção e têm uma autoestima muito baixa.”</p>	<p>“Alguns sim são mais isolados”</p> <p>“Em relação a agressividade nunca tivemos grandes situações.”</p> <p>“Ansiedade noto alguma, talvez em momentos mais específicos como por exemplo quando passam fim de semanas nas famílias (...)”</p>

Das respostas apresentadas, retiramos de importante o facto das crianças institucionalizadas, do mesmo modo que qualquer criança, apresentarem alguns comportamentos considerados fora da norma. Dos referidos pelos inquiridos, destacam-se a baixa autoestima e a ansiedade. A referência ao isolamento, por parte de uma inquirida, é igualmente importante para futura reflexão. É de salientar que a ansiedade revelada pelas crianças está relacionada com as idas a casa. A constante incerteza da ida a casa, leva a que

estas crianças criem uma insegurança e frustração recorrentes. O mesmo acontece quando, de casa, regressam à instituição.

Pergunta 4 Como vê a relação criança-instituição? O que revelam as crianças sobre a instituição o que contam)?		
Auxiliar A	Auxiliar B	Auxiliar C
<p>“Falar sobre a instituição eles não tem o hábito de falar (...)</p> <p>“ (...)eu também não gosto muito de perguntar (...)se sintam diferentes do outros meninos.”</p> <p>“nota-se muito bem o carinho e o cuidado que elas lá têm com eles, (...)”</p>	<p>“(…) bem cuidados, transmitem respeito pela instituição (...)”</p>	<p>“Não costuma revelar nada sobre a instituição (...)”</p> <p>“(…) são muito bem tratados lá (...)”</p>

Após a análise desta questão, podemos verificar que as crianças não falam de forma espontânea sobre a instituição, mas que é notório o acompanhamento e o cuidado que existe por parte desta. A relação destas crianças com a instituição que as acolhe deverá ser o melhor possível, pois é a instituição que, para elas, tem o significado de casa. Assim “as instituições devem também preocupar-se em reproduzir um ambiente harmonioso, que se aproxime de um ambiente familiar adequado, criar ambientes de socialização primária que promovam a existência de relações” (Teixeira, 2009, citado por Silva, 2011 p.24).

Pergunta 5		
Que resposta é que a escola, presentemente, dá a estas crianças de forma a minimizar as dificuldades educativas?		
Auxiliar A	Auxiliar B	Auxiliar C
“Nós temos psicóloga (...)”	“Dá apoios pedagógicos, psicológicos e terapêuticos.”	“Nós temos cá apoio de psicólogo e educativo (...)”

Como podemos verificar as respostas que a escola apresenta são os apoios pedagógicos, psicológicos e educativos. Este apoio prestado pela escola é muito importante na medida em que “promove a aquisição de estratégias para uma aprendizagem ativa, de modo a facilitar o desenvolvimento da aprendizagem ao longo da vida e acompanha as crianças e jovens ao longo dos seus percursos educativos e formativos, contribuindo para reduzir o abandono escolar e promover o sucesso educativo” (Direção Geral da Educação, p.7).

7.3. ENTREVISTA À COORDENADORA GERAL \ EDUCADORA DE INFÂNCIA

As seguintes entrevistas foram realizadas dentro da instituição e com os profissionais que acompanham as crianças fora da escola. Primeiramente, vamos analisar a entrevista realizada á coordenadora da instituição, que exerce o papel de educadora, sendo uma profissional que está em constante contacto com as crianças e acompanha o seu percuso e desenvolvimento assiduamente.

Coordenadora geral\educadora de infância

Pergunta 1

Que tipo de dificuldades é que as crianças desta instituição mais manifestam (afetivas, de relação, comportamento, violência)?

“ (...) atrasos de desenvolvimento mais expressivos no que diz respeito às áreas motora e da linguagem expressiva.”

“ (...) algumas perturbações da regulação.”

A educadora de infância refere que as principais dificuldades são no desenvolvimento psicomotor, o que implica um baixo desenvolvimento a nível da motricidade, da linguagem, da cognição e das competências pessoais e sociais. Todos estes fatores referidos pela entrevista são cruciais para o desenvolvimento do aluno, como refere Matos et al., (2000), “as competências sociais, estando ausentes da vida da pessoa, podem provocar o isolamento social e a alienação, tornando-se por isso um factor determinante no ajustamento do indivíduo e na aquisição do seu estado de resiliência” (citado por Freitas, Simões, Martins, 2011, p. 645). Estas dificuldades apresentadas são consequências da sua história familiar, tal como refere Feitosa et al., (2005) que afirma que “as crianças que apresentam dificuldades nas áreas académicas evidenciam, na maior parte das vezes, problemáticas que afectam o seu estado emocional e comportamental, podendo estas interferir nas relações interpessoais nos vários contextos em que a criança se insere” (citado por Freitas, Simões, Martins, 2011, p. 645). Por último, “o desenvolvimento de competências sociais ajuda a colmatar a problemática do isolamento social nas crianças (Carvalho, 2006, citado por Freitas, Simões, Martins, 2011, p. 645).

Pergunta 2

Que tipos de relação estabelecem as crianças com os seus pares? E com os adultos que com elas trabalham?

“Tentamos diariamente **fortalecer os laços entre eles**, e temos sido bem-sucedidos. “

“Somos **os cuidadores.**”

Podemos afirmar que a instituição em causa prima pelo bom relacionamento e laços entre todos. Tem como principal objetivo cuidar das crianças que a frequentam, fazendo parte da rede de apoio e tendo a responsabilidade de assegurar o bem-estar e o bom desenvolvimento dos utentes.

Pergunta 3

Que tipo de comportamento disruptivos (de relação, fruto, agressividade, isolamento, ansiedade, frustração) apresentam no espaço institucional?

“ (...) perturbações da regulação (...)”

“ (...) **baixo limiar de resistência à frustração** (..)”

“ (...) algumas **condutas agressivas** em relação aos pares e cuidadores.”

Para a educadora, os comportamentos que se destacam pela negativa nestas crianças, são as perturbações de regulação e que remetem para a frustração e agressividade. Tal como afirma Gross (1998) a “regulação emocional refere-se aos processos pelos quais os indivíduos influenciam as emoções que têm, quando as têm e como experienciam e expressam essas emoções” (citado por Coutinho, Ribeiro, Ferreirinha, Dias, 2009, p.145). Comportamentos considerados disruptivos revelam carências afetivas, falta de ordem e orientação e, por vezes, abandono que leva a que as crianças tenham que se “virar sozinhas”. Todas estas perturbações se refletem nos locais onde se encontram, seja a escola, seja a casa/instituição.

Pergunta 4**Como vê a relação criança-escola? O que revelam as crianças sobre a escola (o que contam)?****“ (...) reagem à integração de forma, habitualmente, **positiva.**”**

Verificámos, nesta resposta, que as crianças têm uma boa relação com a escola. A escola é uma segunda casa para todas elas pois é nesta instituição que passam a maior parte do seu dia e para tal, a escola tem que transmitir segurança e conforto. Assim a relação com a escola e conseqüentemente com todos os que lá trabalham (professores e auxiliares) é fundamental para o bom desenvolvimento da criança. Citando Hamre e Pianta (2005) “para crianças em situação de risco, contar com um professor caloroso e apoiador parece ser crítico para auxiliá-las a desenvolverem-se adequadamente” (citados por Picado, Rose, 2009, P.135).

Pianta (1998) argumenta que “a relação entre professores e alunos pode funcionar como um fator de proteção, contribuindo para a minimização dos fatores de risco aos quais as crianças estão expostas” (citado por Picado, Rose, 2009, P.135). De acordo com o mesmo autor, “estudantes com comportamentos agressivos podem se beneficiar de relacionamentos com professores que demonstram compreendê-los, que encorajam a comunicação e a expressão de emoções (citado por Picado, Rose, 2009, P.135).

Pergunta 5**Que resposta é que a escola, presentemente, dá a estas crianças de forma a minimizar as suas dificuldades educativas?****“Dependendo das necessidades educativas individuais, a escola define as respostas (...)”****“ (...) em articulação com a AAC.”**

Como podemos verificar existe uma boa relação de comunicação com a escola onde ambas, a instituição e a escola, tentam ajudar e proporcionar os melhores apoios às crianças, tendo em conta as suas necessidades individuais.

No entanto, a comunicação não é suficiente. Será de esperar da parte da escola uma atenção e disponibilidade acrescidas e uma sensibilidade para o que seja necessário ao bem-estar das crianças. Os apoios que são disponibilizados são necessários, mas não suficientes. É necessária uma mobilização de todos os que rodeiam a criança e a sua plena entrega.

Pergunta 6

Mediante as dificuldades educativas apresentadas que resposta dá a instituição?

“(…) **apoio ao estudo**”

“(…) acompanhamento de **psicólogo.**”

Tal como é referido pela coordenadora, a instituição assegura o apoio ao estudo, com o objetivo de acompanhar a vida escolar das crianças, fornecendo, também, apoio psicológico. Estes apoios são assegurados por parte a Associação Casa da Criança. O apoio ao estudo conta com a ajuda dos voluntários, enquanto o apoio psicológico é realizado por uma Psicóloga.

Pergunta 7

A que entidades externas é que a instituição recorre de forma a minimizar as necessidades educativas destas crianças?

“(…)ELI, ETAPAS, HSO, APCG, entre outras.”

Dado o variado universo de idades que a instituição contempla, é de referir a importância que das parcerias com outras entidades tem para a realização de um bom trabalho com crianças institucionalizadas. A equipa local de intervenção (ELI) tem como papel principal o apoio às crianças mais novas, preparando-as, através da intervenção precoce, nas áreas que se encontram

em déficit. O hospital da senhora de oliveira de Guimarães e a Associação Paralisia Cerebral de Guimarães são instituições ligadas á saúde e, sempre que possível prestam ajudas, de forma preventiva (palestras, ações de solidariedade, etc.) à ACC.

7.4. ENTREVISTAS ÀS AUXILARES DA INSTITUIÇÃO

O último grupo de questões é colocado às auxiliares da instituição. As auxiliares da instituição são imprescindíveis para estas crianças. São estas que passam a maior parte do tempo com as crianças quando elas estão em “Casa”. São, certamente, as pessoas que mais convivem, que mais ajudam e que melhor as conhecem.

Auxiliares da instituição

Pergunta 1		
Do seu ponto de vista, como vêm estas crianças o espaço instituição?		
Auxiliar A	Auxiliar B	Auxiliar C
<p>“(…) se sintam em casa (…) “</p> <p>“(…) é a casa deles, (…)”</p> <p>“(…) sentido de partilha (…)”</p> <p>“(…) sentem-se mais felizes cá.”</p>	<p>“(…) sabem que esta é a casa deles (…)”</p> <p>“(…) miúdos felizes.”</p>	<p>“(…) a relação entre eles é boa.”</p>

Das respostas obtidas podemos verificar que existe um grande foco na palavra “casa” e é notório que todos concordam que são umas crianças felizes e que se sentem bem na instituição. No que diz respeito a viver numa instituição de acolhimento, Santos (2010) considera que a instituição é “um espaço de interação, que pode reforçar o espírito de cooperação e de ajuda ao próximo, potencia o desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio, poder e afeto” (citado por Moreira, 2018, p.24.) Sendo a instituição a casa e família destas crianças é importa que estas se sintam bem, seguras e que vivam em harmonia.

Pergunta 2		
Que tipos de relação estabelecem as crianças com os seus pares?		
Auxiliar A	Auxiliar B	Auxiliar C
<p>“Os mais velhos ajudam os mais pequenos (...)”</p> <p>“(...) sentem-se os irmãos mais velhos (...)”</p> <p>“(...) sentem.se responsáveis (...)”</p> <p>“(...) mais novos respeitam os mais velhos (...)”</p> <p>“(...) imitam-os muitos”</p> <p>“ tentamos fazer com que tenham uma vida normal”</p>	<p>“(...) os mais velhinhos não têm muita paciencia para os bebés(..)”</p> <p>“(...) os de 6\7 anos procuram sempre os mais velhos como referência”</p> <p>“(...) imitar os mais velhos”</p>	<p>“Um conflito um com os outros de vez enquanto (...)”</p> <p>“Os mais velhos gostam muito de ajudar, não os bebés (...)”</p> <p>“(...) ajudam bastante, neste aspeto não se isolam”</p>

Ao analisarmos esta questão, podemos perceber que existe uma opinião igual por parte de todos no que importa ao respeito que as crianças mais novas têm pelas crianças mais velhas. Após a leitura das entrevistas, é notável que as crianças ajudam bastante dentro desta instituição. Este responsabilizar de cada um pelo seu próprio espaço faz parte do crescer e atribui a cada um um papel na comunidade onde reside.

Pergunta 3 Que tipo de comportamento disruptivos (de relação, fruto, agressividade, isolamento, ansiedade, frustração) apresentam no espaço institucional?		
Auxiliar A	Auxiliar B	Auxiliar C
“Nada de especial desde que eu estou cá (...)” “(...)fases mais desafiantes do que outras” “(...) quando há visitas ou idas a casa (...)nota-se uma grande descida no comportamento deles.” “ Isolam-se um pouco mais (...)”	“ Ansiedade nota-se muito quando eles vêm das visitas, (...) ” “ (...)separação constante aos familiares (...)” “Agressividade é muito raro acontecer felizmente (...)” “ (...) aqui temos regras (...)”	“(...) isolam-se um pouco, (...)” “ (...) como se fossem irmãos.” “ Quando há visitas nos dias a seguir sim nota-se muita ansiedade (...) ”

Das respostas obtidas nesta questão, todas elas, referem que existe uma discrepância no comportamento e no isolamento das crianças verificando-se, sobretudo, quando estas vão a casa de visita ou recebem a visita dos familiares. Para Guará (2006), “O afastamento do convívio familiar, seja ele protetor ou

ameaçador, vai ser sempre um momento de tensão e de rompimento de laços afetivos, pois é um salto para o desconhecido” (citado por Rocha, Arpini, Savegnago, 2015).

Normalmente, estas crianças mantêm uma reação mais negativa para com a instituição, quando recebem visitas dos familiares pois “a entrada em uma instituição de acolhimento envolve uma quebra nesses laços afetivos (Álvares, Lobato, 2013, citado por Rocha, Arpini, Savegnago, 2015).

“As visitas são uma forma de fortalecer os laços familiares e comunitários, (...), ajudando na manutenção dos vínculos afetivos entre as crianças e os adolescentes acolhidos e suas famílias” (Silva et al., 2004, citado por Rocha, Arpini, Savegnago, 2015). Com toda esta informação, podemos compreender o sentimento de frustração e a mudança de comportamento por parte destas crianças.

Pergunta 4		
Que dificuldades educativas mais se manifestam (relacionadas com a aprendizagem)?		
Auxiliar A	Auxiliar B	Auxiliar C
<p>“A nível de notas nada de mais (...)”</p> <p>“(…)falta de afetividade e de carência a relação entre o outro se dificulta um pouco, (...)”</p> <p>“(…)eles não falam muito da escola”</p>	<p>“Há miúdos que têm mais dificuldade do que outros, (...)”</p> <p>“(…) tentamos sempre acompanhá-los e ajuda-los (...)”</p>	<p>“ Já tivemos miúdos com muitas dificuldades (...)”</p> <p>“(…) miúdos com muitas capacidades”</p>

Nesta questão conseguimos perceber que existem crianças com mais dificuldade do que outras, voltando a referir que existe, também falta de afetividade e carência. A relação entre a escola- família é “condicionada pela educação recebida pela família e pela cultura valorizada pela escola (Monteiro, 2014, citado por Moreira, 2018, p.44).

A instituição procura criar estratégias para que estas crianças sintam que a instituição é a sua casa e “para que a criança ou jovem tenha um desenvolvimento afetivo adequado e adaptado ao meio envolvente é fundamental criar condições sociais e emocionais, através da aquisição de estratégias de expressão, de sentimentos e de interação com os outros. É importante que a criança ou jovem se sinta amada, protegida e apoiada. Todos estes elementos são importantes na sua socialização” (citado por Moreira, 2018, p. 27).

Pergunta 5 Como vê a relação criança-escola? O que revelam as crianças sobre a escola (o que contam)?		
Auxiliar A	Auxiliar B	Auxiliar C
<p>“Só falam se nos perguntarmos (...)”</p> <p>“(…) pedem ajuda se precisarem (...)</p>	<p>“A relação com a escola é ótima.”</p> <p>“Eles não vão falando muito na escola, (...)”</p> <p>“(…) acho que sim que se sentem lá bem (...)”</p> <p>“O que nos tentamos dizer aos nossos, é o mesmo que eu digo aos meus filhos, (...)”</p>	<p>“Nós perguntamos sempre como correu, mas eles não falam muito”</p> <p>“(…) são uns miúdos normais.”</p>

	“(...) são a nossa preocupação.”	
--	----------------------------------	--

No que diz respeito à relação criança-escola, nota-se uma coerência nas respostas obtidas. Existe uma boa relação com a escola mas as crianças não tendem em falar muito sobre esta. Estas respostas, obtidas por parte das auxiliares, vão de encontro à opinião das docentes que referem igualmente que as crianças não têm por hábito falar da instituição e da sua vivência nesse local.

Pergunta 6 Que tipo de dificuldades é que as crianças desta instituição mais manifestam (afetivas, de relação, comportamento, violência)		
Auxiliar A	Auxiliar B	Auxiliar C
<p>“(...) falta de carência e de afetos.”</p> <p>“(...) ficar sem o suposto “suporte de vida” ou sem segurança, e isso torna-os mais desconfiados e receosos.”</p> <p>“Há fases que estão mais ansiosos, (...) nós tentamos fazer de tudo para os amparar.”</p>	<p>“(...) criarem laços e relação com os outros é sempre uma desconfiança para eles, (...)”</p> <p>“São crianças que requerem muita atenção, muito carinho e mimo, porque por norma não têm histórias fáceis.”</p>	<p>“Claro que há sempre ansiedade, embora eles se sintam bem aqui (...)”</p> <p>“(...) sempre à espera que achar respostas do outro lado (...)”</p>

Das respostas obtidas é visível que existe carência de afetos e de atenção o que leva à desconfiança. É, também, evidente que, as entrevistadas, justificam este comportamento com a ruptura familiar. Novamente verificamos coerência nas respostas das auxiliares em conformidade com as das docentes.

De forma a concluir a reflexão apresentada de todos os dados obtidos e discutidos ao longo das entrevistas, devemos debruçar-nos sobre o principal objetivo desta dissertação: “compreender de que forma as crianças institucionalizadas em escolas regulares recebem respostas adequadas às suas necessidades educativas”. Podemos, então, questionar se as escolas respondem de forma apropriada às necessidades destas crianças.

As escolas regulares têm, ainda, um longo caminho a percorrer e um grande trabalho a desenvolver para conseguir acompanhar o desenvolvimento de todos os alunos e prestar-lhes o apoio necessário. Para um futuro mais promissor, a escola deveria ser capaz de responder às necessidades educativas trazidas pelo aluno, independentemente das suas características. Terminamos citando Nóvoa (2010), que resume o desafio que as escolas e as instituições de acolhimento enfrentam nos dias de hoje.

“Não há respostas feitas. Curiosamente, neste início do século XXI, deparamo-nos com muitos problemas que pensávamos ultrapassados. A educação e a escola readquirem um papel fundamental. Hoje temos uma certeza: nada define uma sociedade do que a maneira como cuidamos destas crianças e jovens que vamos apelidando de “problemáticos”, “diferentes”, “em risco”, e por aí adiante. E que vamos “sinalizando” para os mais diversos efeitos. Continuamos sem saber como educar aqueles que não querem ser educados, como integrar aqueles que não querem ser integrados. E perante o desafio só nos resta ser humildes e também determinados. (...) A relação educativa é muitas vezes difícil, mas não podemos deixar de assumir todas as nossas responsabilidades. (...) O nosso caminho não é o da institucionalização da violência, mas sim o da construção do diálogo, da relação, da palavra. E nada mais ajuda à lucidez do que um conhecimento informado, uma compreensão crítica das realidades passadas e presentes.” (citado por Carvalho, 2013, p.3)

7.5. PLANO DE AÇÃO

O plano de ação deve ser elaborado com o objetivo de cumprir um resultado ou a resolução de problemas. Um projeto precisa sempre de ser planejado, assim, concordamos com Kaufman, quando este diz que a planificação trata “unicamente de determinar o que se deve fazer, para posteriormente se poderem tomar decisões práticas para a sua implementação. A planificação é um processo para determinar para onde ir e estabelecer os requisitos para chegar a esse ponto de forma mais eficaz e eficiente possível” (Kaufman, 1980, citado por Serrano, p.37).

A comunicação, tal como foi referido anteriormente, é o ponto-chave para que exista um bom acompanhamento das crianças institucionalizadas. Assim e, citando Relvas (1996) a comunicação “deve cumprir a função de estabelecer uma «ligação positiva» entre os indivíduos” e contribuir “para a melhoria do clima escolar” (citado por Ribeiro, 2009, p.26). A comunicação escolar deve ser um via dupla onde, ambos os lados (instituição-escola) devem estar em contacto permanente e comunicar regularmente.

De acordo com tudo o que já foi descrito, apresentamos uma proposta de um plano de ação (criação de um diário de bordo) para implementar oportunamente. (Ver apêndice 3)

A criação de um diário de bordo permite a todos os intervenientes (alunos, escola, instituição) registar os acontecimentos mais importantes\significativos ao longo do seu percurso.

O diário de bordo deve ser atualizado por todos os participantes mensalmente (ou sempre que houver uma informação que considerem essencial). Num ponto inicial, esta proposta deve ser debatida em conjunto pelos professores, alunos e responsáveis da instituição, onde se deve informar em que consiste este diário, como funciona, as suas vantagens e qual a sua finalidade.

Os registos do diário devem conter aspetos positivos e negativos que os intervenientes acham necessário partilhar, assim como aspetos que devem ser melhorados e possíveis soluções para problemas que estejam a decorrer.

Com a criação deste diário de bordo temos como objetivo melhorar a comunicação entre todos e acompanhar, de uma forma mais informal, o processo de desenvolvimento destes alunos. É importante realçar que este diário de bordo, ao contrário do que acontece com a caderneta do aluno, não tem como objetivo criar uma conexão negativa, mas sim prevalecer uma comunicação positiva. Através deste diário de bordo, ambas as instituições conseguem acompanhar o percurso do aluno, percebendo quais os problemas presentes e podendo arranjar, em conjunto, estratégias que sejam fulcrais para a criança. Com a criação deste diário, pode também ser mantido, por ambas as partes, uma ligação mais assídua, proporcionando ao aluno uma maior participação no seu desenvolvimento.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é uma organização indispensável para a vida de qualquer indivíduo, sendo essencial que esta prepare as crianças para uma sociedade que visa a justiça e a igualdade. A instituição escola, deve ser um local onde se ensina e onde se adquire conhecimentos, mas deve também ser um lugar onde se desenvolva o espírito de ajuda, de cooperação, onde se crie amizades e exista espaço para brincar.

A educação deve estar em constante mudança, pois acreditamos que a educação caminha ao lado da sociedade e do desenvolvimento do ser humano. Individualidade, é o que falta nas escolas portuguesas. Cada criança tem o seu

ritmo, a sua maneira de aprender e as suas necessidades e não podemos avaliar um aluno com os mesmos critérios que se avaliam todos os alunos.

Independência é das palavras-chaves mais importantes para o desenvolvimento humano. O que deveria ser ensinado, cultivado e incentivado aos alunos deve ser o facto de estes conseguirem ter um futuro independente.

A escola tem um papel crucial na vida do ser humano, tal como já foi referido anteriormente, pois é na escola que as crianças desenvolvem e trabalham as suas competências físicas e psicológicas, que se confrontam e solucionam os primeiros conflitos e é a escola que fornece as fontes de informação, conhecimento e sabedoria. Assim, a escola deve ser um lugar onde o aluno deve aprender a pensar e adquirir conhecimento.

Todo este trabalho, referido acima, é normalmente, começado dentro do ambiente familiar e, tendo consciência que a família e a casa destas crianças é uma instituição de acolhimento, este acompanhamento requer de uma atenção pormenorizada pois estas crianças trazem consigo uma grande bagagem emocional e apresentam necessidades educativas específicas.

As instituições de acolhimento têm com principal objetivo proteger todas as crianças que acolhem. Criar relação com uma criança que é retirada à sua família não é tarefa fácil. As crianças que passam pelas instituições trazem uma cicatriz emocional significativa, concordando assim com Strecht que defende que “os afetos de perda, solidão e vazio são sempre os mais complicados de lidar e quando sentidos em relação aos Pais podem levar a uma verdadeira «ansiedade impensável»” (Strecht, 2000, citado por Silva, 2016, p.56).

É função da escola, com a cooperação das instituições de acolhimento, moderar as assimetrias sociais que vão aparecendo ao longo do processo educativo e, conseqüentemente, proporcionar condições a todos os alunos para que estes consigam construir o seu próprio caminho escolar.

Ao longo de todo o estudo de caso muito se falou sobre baixa autoestima, dificuldade de socialização e afetividade.

As entrevistas foram cruciais para o desenvolvimento deste projeto. Foi através destas que se percebeu o que realmente se passa na vida escolar destas

crianças, amostra do nosso trabalho. Os entrevistados são as pessoas que, no momento atual, estão mais presentes na vida das crianças e que as acompanham em qualquer situação. Após a análise de todas as entrevistas podemos concluir que todos os grupos de entrevistados referem que estas crianças têm falta de afetos, carência e auto-estima. É importante lembrar que a suas histórias de vida não são fáceis e requerem de uma atenção e de um cuidado especial. No que diz respeito ao aproveitamento escolar, além de apresentarem as necessidades educativas e o comportamento normal de uma criança para a idade, apresentam necessidades acrescidas que requerem uma atenção específica. A sua casa e apoio familiar é muito diferente dos restantes colegas, mas é importante referir que, de acordo com as entrevistas, a instituição é um lugar onde se sentem seguros. A instituição como casa visa promover a integridade e proporcionar ferramentas para um bom desenvolvimento, quer pessoal quer social. No que diz respeito ao comportamento, foi referido pelos inquiridos que, por vezes estas crianças, apresentam factores como agressividade, isolamento, frustração, pouco interesse e motivação, desconfiança e dificuldades de aprendizagem, sendo estes comportamentos, também, adequados à sua história de vida.

Seguindo o pensamento de Strecht alguns aspetos que surgem como “efeitos prejudiciais originados pelas situações de risco e perigo são a imaturidade e desorganização das crianças, atrasos ao nível do desenvolvimento e da linguagem, as dificuldades de aprendizagem, o pensamento abstrato pobre, problemas ao nível comportamental (com possibilidade de existência de comportamentos delinquentes), depressão, baixa autoestima e dificuldades de sociabilização” (Strecht, 2000, citado por Silva, 2016, p.56).

A afetividade é um ponto crucial na vida e no desenvolvimento do indivíduo e é certo que estas crianças apresentam dela níveis muito baixos, de acordo com Wallon, que refere que “quando não são satisfeitas as necessidades afetivas, estas resultam em barreiras para o processo ensino-aprendizagem e, portanto, para o desenvolvimento, tanto do aluno como do professor” (Wallon,

1970, citado por Mahoney & Almeida, 2005). Na realidade e segundo o I.S.S. (2015) "(...) estas crianças e jovens ao longo do tempo, foram expostas a várias mudanças e sujeitas a inúmeras ruturas, potenciadores de complicações relacionais graves nas diversas etapas do seu desenvolvimento, na sua identidade e sentido de pertença (...)" (citado por Silva, 2016, p.56), tornando-nos, assim, conscientes que tudo o que revelam reflete na aprendizagem.

A relação entre a escola e a instituição é fundamental para o bom desenvolvimento das crianças institucionalizadas. É essencial que exista uma comunicação frequente e clara, por ambas as partes, sobre todo o percurso da criança. Para Martin e Jackson (2002) "a comunidade educativa deve estar informada sobre o funcionamento da instituição de acolhimento" (citados por Oliveira, 2015, p.24), Pecora et al (2006) acrescenta a "importância de orientar os professores e as escolas para os problemas que estas crianças e jovens apresentam e também proporcionar aos alunos acolhidos e aos seus cuidadores as informações detalhadas acerca das novas possibilidades educativas" (citado por Oliveira, 2015, p. 24). No presente estudo, através das informações obtidas nas entrevistas, a relação entre ambas as instituições estudadas, é positiva. Existe uma boa relação de comunicação e ambas as partes estão cientes da relação que a criança estabelece com as duas instituições. É, também, importante referir que as crianças, de uma forma geral, se sentem seguras quer na ACC quer na escola que frequentam.

Os desafios ao longo deste trabalho foram diversos pois o tema, por si só, é bastante sensível. No entanto toda a colaboração, quer por parte da instituição quer por parte da escola, foi fantástica. Todos os entrevistados se mostraram prestáveis e disponíveis.

Cientes que a institucionalização deve ser a ultima medida a ser tomada, muitas vezes é a solução mais favorável à criança, protegendo-a de situações de perigo e demasiado dolorosas para si. O objetivo será sempre o bem-estar da criança e um bom desenvolvimento a todos os níveis. Gostamos de acreditar que com a colaboração quer da instituição quer da escola, com as

ajudas\acompanhamento adequado nada impede que não exista previsões de um futuro seguro e estável para a vida de qualquer criança institucionalizada.

“Todas as crianças, sejam quais forem suas origens familiares, sociais, étnicas tem direito igual ao desenvolvimento máximo que sua personalidade comporta. Elas não devem ter outra limitação além de suas aptidões.”

(Wallon, 1970)

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, S. (2008). A afetividade no desenvolvimento da criança- contribuições De henri Wallon. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/5271/4688>;

Borsa, J., (2007). O papel da escola no processo de socialização infantil. O portal dos psicólogos. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0351.pdf>;

Carmo, R., (2013). Relações entre Crianças e Jovens em Instituições de Acolhimento. Escola Superior de Educação, Portalegre. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6550/1/Raquel%20Azaruja%20Batista%20Neves%20do%20Carmo.pdf>;

Carvalho, Maria João Leote. DO OUTRO LADO DA CIDADE. CRIANÇAS, SOCIALIZAÇÃO E DELINQUÊNCIA EM BAIROS DE REALOJAMENTO. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Universidade Nova de Lisboa (2010), Lisboa. Disponível em: <file:///E:/Enquadramento%20teórico/bairro%20social%205%20sub%20final.pdf>;

Carvalho, M., (2013). Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens. Disponível: http://makebraga.pt/wp-content/uploads/2017/03/CARVALHO-MJL-Acolhimento-2013.pdf?fbclid=IwAR0ma_xxYmTczeSMQpx512hSpl3SYJmCsTWR0-4HWjSPZp4k_mJLwKDprHU;

Casa da Criança, (2013). Disponível em <http://www.casadacrianca.pt/quem-somos>;

Catarreira, C., (2015). *AS EMOÇÕES DAS CRIANÇAS EM CONTEXTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR*. Escola Superior de Portalegre, Portalegre. Disponível em:

<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/9201/1/Cátia%20Sofia%20Sá%20Rato%20Catarreira.pdf>;

Coutinho, J., Ribeiro, E., Ferreirinha, R., Dias, P., (2009). Versão portuguesa da Escala de Dificuldades de Regulação Emocional e sua relação com sintomas psicopatológicos. *Revista Psiq Clín.* (2010), vol. 37, nº 4, pp.145-51. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/acp/article/view/17288/19306>;

Cunha, Anabela de Jesus. *A Importância das Atividades Extracurriculares na Motivação Escolar e no Sucesso Escolar*. Universidade Fernando Pessoa Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Porto (2013). Disponível em: <file:///E:/Enquadramento%20teórico/motivação%20escolar%20e%20sucesso%20escolar%20sub%20final.pdf>;

Delgado, P., (Coord), Bertão, A., Timóteo, I., Carvalho, J., Sampaio, R., Sousa, A., Alheiro, A., et al, (2013). *ACOLHIMENTO FAMILIAR DE CRIANÇAS- Evidências do presente, desafios para o futuro*. Porto: Legis Editora;

Delvan, J.; Becker, A.; Braun, K., (2010). Fatores de risco no desenvolvimento de crianças e a resiliência: um estudo teórico. *Revista de Psicologia de IMED*, vol.2, n.1, p.349-357. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/46/44>;

Direção Geral da Educação, (2016). *Referencial Técnico para os Psicólogos Escolares*. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Psicologia/referencial_consulta_publica_dez2016.pdf;

Ferreira, C., (2013). *Direitos das Crianças Institucionalizadas: Um Estudo de Caso num Centro de Acolhimento Temporário*. Escola Superior de Educação de Lisboa, Lisboa. Disponível em: https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/2773/1/Direitos%20das%20Crianças%20Institucionalizadas.pdf?fbclid=IwAR3Be-ffTJs2hNfzRfjVvkXZ6Jg7s2xr40U4ecl3OFiGdv563S_F2IUCT_c;

Freitas, E., Simões, M., Martins, A., (2011). *IMPACTO DE UM PROGRAMA DE COMPETÊNCIAS PESSOAIS E SOCIAIS EM CRIANÇAS DE RISCO*. Universidade do Minho, Braga. Disponível em:

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/16306/1/Freitas%2c%20Simões%2c%20%26%20Martins%20%282011%29.pdf>;

Miranda, R, (2009). *“Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciência por via experimental?: um estudo no 1º ciclo”*. Faculdade de ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5489/9/ulfc096328_3_metodologia.pdf;

Moreira, M., (2018), MÃOS QUE PROTEGEM, CORAÇÕES QUE ACOLHEM O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PORTUGAL. Instituto Superior de Serviço Social do Porto. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/22942/1/Marisa%20Susana%20Oliveira%20Moreira.pdf>;

Oliveira, M., (2005). O SUCESSO ESCOLAR EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO. ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA. Disponível em: <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/1830/1/Tese%20Marta%20Oliveira1.pdf>;

Picado, J., Rose, J., (2005). Acompanhamento de pré-escolares agressivos: Adaptação na escola e relação professor-aluno. Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n1/v29n1a11>;

Rego, J., Sani, A. A AGRESSIVIDADE EM CRIANÇAS E JOVENS VÍTIMAS DE MAUS-TRATOS. Disponível em: <http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/VIIIcongreso/pdfs/3.pdf>;

Ribeiro, C., (2009). *A RELAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA. Faculdade de psicologia e de ciencias da educação, universidade de Coimbra, Coimbra*. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/12162/1/Tese-Final.pdf>;

Ribeiro, M. (2010). A afetividade na relação educativa. Estudos de Psicologia, vol. 27, n.3, p. 403-412. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3953/395335744012.pdf?fbclid=IwAR1gmmX4CHK-COJDOKrQy1N9rQG9qQbyT2wiWC65VLMs79E37UY4w2S-wjE>;

Rocha, J., Arpini, D., Savegnago, S., (2015). Acolhimento institucional: percepções de familiares que o vivenciaram. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, vol. 6, nº 1. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000100008;

Saint- Exupiry, Antoine. *O Príncipezinho*. Porto: Editora, (2018);

Sapienza, G.; Pedromônico, M., (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo, Maringá*, vol.10, n.2, p.209-216. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a07.pdf>;

Serrano, G., (2008). *Elaboração de Projetos Sociais- Casos práticos*. Porto: Editora;

Silvia, D., (2016). Instituições de acolhimento de crianças e jovens: eliminação ou atenuação do risco e perigo?. Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Porto. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/14404/1/Dina%20Elisabete%20Brás%20Silva.pdf>;

Silva, M., (2011). “O BEM-ESTAR SUBJECTIVO DE ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS”. Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5098/1/ulfpie039685_tm.pdf;

Simões, S., (2011). Influência dos estilos educativos parentais na qualidade da vinculação de crianças em idade escolar em diferentes tipos de família. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar- Universidade do Porto, Porto. Disponível: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56783/2/Tese%20PhD%20Sonia%20Simoies.pdf>;

Siqueira, C., Aline, Tubino, C., Schwarz, C., Dell’Aglia, D., (2009). Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados. *Revista arquivos Brasileiros de Psicologia*, vol. 61, nº. 1,

2009, pp. 176-190. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/2290/229019189017.pdf>;

Veiga, H., & Antunes, J. (2005). Motivação escolar em função da família na adolescência. *Revista Galaico-Portuguesa de Psicopedagogia*. Disponível em:
<https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4805/1/Motivação%20escolar%20em%20função%20da%20família%20na%20adolescência.pdf>;

Ventura, M., (2007). O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. *Revista SOCERJ*, vol.20, nº5, pp.383-386. Disponível em:
https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34829418/o_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3Dsetembro_outubro_O_Estudo_de_Caso_como_M.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20191025%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20191025T183414Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=44b465a1eb3ce3b4d7787b63365fb592028d8266b3e87be924ca02f5e695716e;

Yunes, M., (2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo, Maringá*, vol. 8, p. 75-84. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa10>;

ANEXOS

Tabela 1. Resumo dos processos-chave de resiliência e, famílias. (Walsh, 1998, citado por Yunes, 2003, p.83)

PROCESSOS-CHAVE DA RESILIÊNCIA

SISTEMA DE CRENÇAS (o coração e a alma da resiliência)

1. Atribuir sentido à adversidade:
 - Valorização das relações interpessoais (senso de pertença)
 - Contextualização dos fatores de stress como parte do ciclo de vida da família
 - Sentido de coerência das crises: como desafios administráveis
 - Perceção da situação de crise: crenças facilitadoras ou constrangedoras
2. Olhar positivo
 - Iniciativa (ação) e perseverança
 - Coragem e encorajamento (foco no potencial)
 - Esperança e otimismo: confiança na superação das adversidades
 - Confrontar o que é possível: aceitar o que não pode ser mudado
3. Transcendência e espiritualidade
 - Valores, propostas e objetivos de vida
 - Espiritualidade: fé, comunhão e rituais
 - Inspiração: criatividade e visualização de novas possibilidades
 - Transformação: aprender e crescer através das adversidades

PADRÕES DE ORGANIZAÇÃO

4. Flexibilidade
 - Capacidade para mudanças: reformulação, reorganização e adaptação
 - Estabilidade: sentido de continuidade e rotinas
5. Coesão
 - Apoio mútuo, colaboração e compromisso
 - Respeito às diferenças, necessidades e limites individuais
 - Forte liderança: prover, proteger e guiar crianças e membros vulneráveis
 - Busca de reconciliação e reunião em casos de relacionamentos problemáticos
6. Recursos sociais e económicos
 - Mobilização da família extensa e da rede de apoio social
 - Construção de uma rede de trabalho comunitário: família trabalhando junto
 - Construção de segurança financeira: equilíbrio entre trabalho e exigências familiares

PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO

Clareza

- Mensagens claras e consistentes (palavras e ações)
 - Esclarecimentos de informações ambíguas
7. Expressões emocionais “abertas”
 - Sentimentos variados são compartilhados (felicidade e dor; esperança e medo)
 - Empatia nas relações: tolerância das diferenças
 - Responsabilidade pelos próprios sentimentos e comportamentos, sem busca do “culpado”
 - Interações prazerosas e bem-humoradas
 8. Colaboração na solução de problemas
 - Identificação de problemas, fatores de stress, opções
 - “Explosão de ideias” com criatividade
 - Tomada de decisões compartilhada: negociação, reciprocidade e justiça
 - Foco nos objetivos: dar passos concretos; aprender através dos erros
 - Postura proativa: prevenção de problemas, resolução de crises, preparação para futuros desafios.

Anexo 2

	Centro de acolhimento temporário	Lar de Infância e Juventude	Apartamento de Autonomização
Tipologia	Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.	Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.	Resposta social, desenvolvida em equipamento –apartamento inserido na comunidade local –, destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Permitir a realização do diagnóstico de cada criança e jovem bem como a definição dos respetivos projetos de vida, com vista à inserção familiar e social ou a outro encaminhamento que melhor se adegue à situação em estudo; - Assegurar alojamento temporário; - Garantir às crianças e jovens a satisfação das suas necessidades básicas; - Proporcionar o apoio socioeducativo adequado à idade e características de cada criança ou jovem; - Promover a intervenção junto da família, em articulação com as entidades e as instituições cuja 	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar alojamento; - Garantir a satisfação das necessidades básicas das crianças e jovens e promover o seu desenvolvimento global, em condições tão aproximadas quanto possível às de uma estrutura familiar; - Assegurar os meios necessários ao seu desenvolvimento pessoal e à formação escolar e profissional, em cooperação com a família, a escola, as estruturas de formação profissional e a comunidade; - Promover, sempre que possível, a sua integração na família e na comunidade de origem ou noutra medida em meio natural de vida, em articulação com as entidades competentes em matéria de infância e juventude e as comissões de proteção de crianças e jovens, com vista à sua gradual autonomização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mediar processos de autonomia de vida e de participação ativa de jovens, minimizando riscos de exclusão social; - Desenvolver processos individuais de acompanhamento e de apoio a nível psicossocial, material, de informação e de inserção socio laboral; - Dinamizar programas de formação específicos destinados ao desenvolvimento de competências pessoais, sociais, escolares e profissionais dos jovens; - Partilhar competências com outros serviços e promover domínios comuns de conhecimentos e de práticas com o objetivo de estabelecer uma intervenção articulada e integrada facilitadora da transição de jovens para a vida adulta.

	ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos das crianças e jovens.		
Destinatários	Crianças e jovens de ambos os sexos até aos 18 anos, em situação de perigo, cuja medida de promoção e proteção determine um acolhimento de duração inferior a seis meses.	Crianças e jovens de ambos os sexos, até aos 18 anos, em situação de perigo, cuja medida de promoção e proteção assim o determine.	Jovens de idade superior a 15 anos com medida de promoção e proteção definida.

Tabela 2 – Respostas sociais de acolhimento abrangidas pelo Programa “Crianças e Jovens em Risco” (Direção-Geral da segurança Social e do Instituto de Seguirança Social, citado por Carvalho, 2013, pp.18-19)

APÊNDICES

Apêndice 1- Entrevistas

Coordenadora da escola\Docentes

1. O que entende por necessidade educativa de uma criança institucionalizada? Que possível solução encontra para este problema (intervenção psicológica, professor de apoio, educação especial...)?
2. Quais as maiores dificuldades que as crianças manifestam a nível da escolaridade?
3. Como é que se diferenciam no aproveitamento escolar em relação aos colegas da turma?
4. A que entidades externas é que a escola recorre de forma a minimizar as necessidades educativas destas crianças?
5. Que tipo de problemas trazem as crianças para a escola?
6. Que tipo de relação estabelecem as crianças com os seus pares?
7. Que tipo de comportamento disruptivos (de relação, fruto, agressividade, isolamento, ansiedade, frustração) apresentam no espaço escolar?
8. Como vê a relação criança-instituição? O que revelam as crianças sobre a instituição (o que contam)?
9. Que respostas é que a escola, presentemente, dá a estas crianças de forma a minimizar as dificuldades educativas?

Auxiliares da escola

1. Que tipo de problemas trazem as crianças para a escola?
2. Que tipo de relação estabelecem as crianças com os seus pares?

3. Que tipo de comportamento disruptivos (de relação, fruto, agressividade, isolamento, ansiedade , frustração) apresentam no espaço escolar?
4. Como vê a relação criança-instituição? O que revelam as crianças sobre a instituição o que contam)?
5. Que respostas é que a escola, presentemente, dá a estas crianças de forma a minimizar as dificuldades educativas?

Coordenadora da instituição\educadora de infância

1. Que tipo de dificuldades é que as crianças desta instituição mais manifestam (afetivas, de relação, comportamento, violência)?
2. Que tipo de relação estabelecem as crianças com os seus pares? E com os adultos que com elas trabalham?
3. Que tipo de comportamento disruptivos (de relação, fruto, agressividade, isolamento, ansiedade, frustração) apresentam no espaço institucional?
4. Como vê a relação criança-escola? O que revelam as crianças sobre a escola (o que contam)?
5. Que respostas é que a escola, presentemente, dá a estas crianças de forma a minimizar as suas dificuldades educativas?
6. Mediante as dificuldades educativas apresentadas que resposta dá a instituição?
7. A que entidades externas é que a instituição recorre de forma a minimizar as necessidades educativas destas crianças?

Auxiliares da instituição

1. Do seu ponto de vista, como vêm estas crianças o espaço instituição?
2. Que tipo de relação estabelecem as crianças com os seus pares? Que tipo de comportamento disruptivos (de relação, fruto, agressividade, isolamento, ansiedade, frustração) apresentam no espaço institucional?
3. Que tipo de comportamento disruptivos (de relação, fruto, agressividade, isolamento, ansiedade, frustração) apresentam no espaço institucional?
4. Que dificuldades educativas mais se manifestam (relacionadas com a aprendizagem)
5. Como vê a relação criança-escola? O que revelam as crianças sobre a escola (o que contam)?
6. Que tipo de dificuldades é que as crianças desta instituição mais manifestam (afetivas, de relação, comportamento, violência)?

Apêndice 2- Respostas das entrevistas

Coordenadora de estabelecimento\docente A

1. O que entende por necessidade educativa de uma criança institucionalizada? Que possível solução encontra para este problema (intervenção psicológica, professor de apoio, educação especial...)?

R: Estas crianças vêm com muitas carências afetivas, causadas pelos seus dramas familiares. Muitas vezes este aspeto tem repercussões na sua vida escolar, bem como nas atitudes e postura que adotam perante a escola e perante os outros. Numa escola onde se dá primazia à inclusão o aluno deve ter condições para desenvolver e melhorar estes aspetos menos positivos que carregam no seu percurso de vida. Para que isto efetivamente aconteça devem ser usadas práticas de ensino/aprendizagem diversas e diferenciadas e com recursos humanos especializados, de acordo com as necessidades apresentadas pelos alunos.

2. Quais as maiores dificuldades que as crianças manifestam a nível da escolaridade?

R: Normalmente são crianças mais resguardadas, não verbalizam o que sentem e na sua maioria, apresentam dificuldades de aprendizagem, tendo falta de concentração e muitas vezes motivação.

3. Como é que se diferenciam no aproveitamento escolar em relação aos colegas da turma?

R: Nota-se uma falta de motivação e suporte familiar, que é muito importante. Apesar da instituição fazer o seu melhor, verifica-se esta vertente emocional, pessoal e social, à qual na minha opinião, só uma família funcional pode oferecer. Penso que estas crianças percebem que neste aspeto as suas raízes são distintas das de muitos colegas, apesar de não estar a referir-me, obviamente, a uma família dita tradicional.

4. A que entidades externas é que a escola recorre de forma a minimizar as necessidades educativas destas crianças?

R: Centro de Saúde/Hospitais – médicos, enfermeiros, centros de terapêuticas

5. Que tipo de problemas trazem as crianças para a escola?

R: Geralmente não acompanham com normalidade o currículo, para o respetivo ano de escolaridade, havendo muito distanciamento das aprendizagens, apresentando pouco empenho, interesse e motivação.

6. Que tipo de relação estabelecem as crianças com os seus pares?

R: Estas crianças integram-se no grupo, mas com alguma relutância, demonstrando por vezes algum desconforto e desconfiança.

7. Que tipo de comportamento disruptivos (de relação, fruto, agressividade, isolamento, ansiedade, frustração) apresentam no espaço escolar?

R: Demonstam por vezes, alguma agressividade, frustração, impaciência, falta de autoestima e abstração.

8. Como vê a relação criança-instituição? O que revelam as crianças sobre a instituição (o que contam)?a Instituição é a casa deles, é assim que eles a designam.

R: Atividades diversas no exterior de caráter cultural, recreativo, desportivo e de lazer, apoio escolar, exigência e cumprimento de regras.

9. Que respostas é que a escola, presentemente, dá a estas crianças de forma a minimizar as dificuldades educativas?

R: Acompanhamento de Pedopsicologia, Apoio Educativo, Apoio Especializado, terapêuticas, desenvolvimento de Projetos Sociais e Culturais,

apoio de Tutorias e uma maior aproximação por parte dos Professores titulares e AO, não para os diferenciar, mas com o intuito de se sentirem mais seguros e apoiados.

Docente B

1. O que entende por necessidade educativa de uma criança institucionalizada? Que possíveis soluções encontra para este problema (intervenção psicológica, professor de apoio, educação especial...)?

R: Devido à falta de um suporte familiar e à história de vida a que esteve sujeita, a criança institucionalizada necessita de ser integrada num modelo de escola inclusiva, com acompanhamento personalizado. Deve atender-se às suas necessidades educativas, não porque apresenta uma patologia, mas também, porque provem de um meio social desfavorecido. Numa escola inclusiva há espaço para cada aluno ser respeitado e desenvolver as suas características individuais, através de práticas de ensino/aprendizagem diversas e diferenciadas e com recursos humanos especializados, de acordo com as necessidades apresentadas pelos alunos.

2. Quais as maiores dificuldades que as crianças manifestam a nível da escolaridade?

R: Capacidade de conceptualização, de generalização dos conhecimentos, de expressão dos mesmos na sua forma verbal, raciocínio matemático e concentração.

3. Como é que se diferenciam no aproveitamento escolar em relação aos colegas da turma?

R: A motivação, estímulos e expectativas familiares, a exposição a determinados recursos, a estabilidade emocional e social.

4. A que entidades externas é que a escola recorre de forma a minimizar as necessidades educativas destas crianças?

R: Centro de Saúde – médicos; centros de terapêuticas

5. Que tipo de problemas trazem as crianças para a escola?

R: Um perfil de desempenho discrepante com o que é esperado para a faixa etária e ano de escolaridade. Falta de expectativas e motivação.

6. Que tipo de relação estabelecem as crianças com os seus pares?

R: Está integrado no grupo, apresenta sentimentos de pertença e atitudes de cumplicidade, apesar de alguma falta de autocontrolo e conflito pontuais.

7. Que tipo de comportamento disruptivos (de relação, fruto, agressividade, isolamento, ansiedade, frustração) apresentam no espaço escolar?

R: Alguma agressividade, frustração, impaciência, falta de auto-estima, dispersão da atenção.

8. Como vê a relação criança-instituição? O que revelam as crianças sobre a instituição (o que contam)?

R: Segurança, acompanhamento, afetividade. Atividades no exterior, apoio escolar, exigência e cumprimento de regras.

9. Que respostas é que a escola, presentemente, dá a estas crianças de forma a minimizar as dificuldades educativas?

R: Acompanhamento de Pedopsicologia, Apoio Educativo, Apoio Especializado, Terapêuticas, desenvolvimento de Projetos Sociais e Culturais.

Docente C

1. O que entende por necessidade educativa de uma criança institucionalizada? Que possíveis soluções encontra para este problema (intervenção psicológica, professor de apoio, educação especial...)?

R: Crianças institucionalizadas são aquelas que por diversos motivos foram retiradas aos pais biológicos ou outro familiar com intervenção da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens por se encontrarem em situação de perigo. As soluções a adotar para cada criança dependem dos seus problemas e poderão abarcar apoio educativo, intervenção psicológica, educação especial, entre outras.

2. Quais as maiores dificuldades que as crianças manifestam a nível da escolaridade?

R: As maiores dificuldades dividem-se em dois grandes parâmetros: o domínio comportamental e o cognitivo. São crianças com déficite de atenção /concentração, muito inseguras ao nível relacional e que por vezes apresentam ainda dificuldades de aprendizagem.

3. Como é que se diferenciam no aproveitamento escolar em relação aos colegas da turma?

R: Na generalidade as crianças institucionalizadas apresentam um aproveitam escolar um pouco abaixo da média das turmas, mas há exceções.

4. A que entidades externas é que a escola recorre de forma a minimizar as necessidades educativas destas crianças?

R: Normalmente as estruturas envolvidas no acompanhamento destas crianças são internas, nomeadamente o Serviço de Orientação e Psicologia do agrupamento. Contudo há crianças que ainda frequentam extra escola outras terapias, sobretudo no âmbito da instituição que frequentam.

5. Que tipo de problemas trazem as crianças para a escola?

R: Para além dos problemas de aprendizagem são crianças que necessitam de muita atenção por parte dos professores, sobretudo no domínio afetivo, pois, por vezes, vivenciam situações de violência, alcoolismo, negligência, entre outras.

6. Que tipo de relação estabelecem as crianças com os seus pares?

R: Na relação com os pares há casos de crianças que se integram sem problemas e outras que se vitimizam ou são mais intolerantes e agressivas com os colegas.

7. Que tipo de comportamento disruptivos (de relação, fruto, agressividade, isolamento, ansiedade, frustração) apresentam no espaço escolar?

R: Normalmente as crianças institucionalizadas revelam alguma insegurança emocional, ansiedade e alguma incapacidade para lidar com momentos de frustração.

8. Como vê a relação criança-instituição? O que revelam as crianças sobre a instituição (o que contam)?

R: Normalmente as crianças institucionalizadas são bem cuidadas, todavia o carinho e o apego a uma figura de referência não existe e é algo que considero fundamental para um crescimento estruturado. Na generalidade as crianças transmitem uma relação de respeito pela instituição e de confiança nas técnicas que nela trabalham, mas veem a instituição como um local de passagem e têm a expectativa de recuperar a família.

9. Que respostas é que a escola, presentemente, dá a estas crianças de forma a minimizar as dificuldades educativas?

R: A escola dá a estas crianças as mesmas respostas que dá a outras crianças com dificuldades educativas.

Auxiliares da escola

Auxiliar A

1. Que tipo de problemas trazem as crianças para a escola?

R: A nível de comportamento são crianças normais, muito bem-educados, com valores, que se nota também serem transmitidos pela própria instituição. A nível de miminho e falta de atenção aí sim, percebesse que são mais frágeis. Nas aulas não tenho conhecimento assim de nenhuma história mais grave, e aqui pelos recreios são crianças perfeitamente normais, tal como os outros tem as suas brigas e asneirinhas, mas nada que nos esteja habituada.

2. Que tipo de relação estabelecem as crianças com os seus pares?

R: Eles brincam todos juntos, no início juntavam-se só as crianças da instituição, mas é normal, só se conheciam uns aos outros, e estavam assim habituados, mas isso foi só nos primeiros dias de escola. Agora se for ver estão todos juntos. Claro que tem as suas brigas, mas como já disse, já lidei com muitas crianças e não acho que seja nada de especial. Todos acabam por ter os seus grupinhos, mas isso faz parte da idade.

3. Que tipo de comportamento disruptivos (de relação, fruto, agressividade, isolamento, ansiedade, frustração) apresentam no espaço escolar?

R: Tem um autoestima mais baixa do que as outras crianças no geral, de resto não são agressivos, até pelo contrário dois deles gostam muito de ajudar. Tem momentos que estão mais alterados, mas talvez seja a ansiedade de irem a casa ou de terem ido, mas isso não posso afirmar.

4. Como vê a relação criança-instituição? O que revelam as crianças sobre a instituição o que contam)?

R: Falar sobre a instituição eles não tem o hábito de falar, só se nos perguntarmos, aí sim, eles respondem, mas eu também não gosto muito de perguntar, porque não quero que eles se sintam diferentes do outros meninos.

Mas sim nota-se muito bem o carinho e o cuidado que elas lá têm com eles, só que já sabemos que são muitos, por vezes, não dá para todos.

5. Que respostas é que a escola, presentemente, dá a estas crianças de forma a minimizar as dificuldades educativas?

R: Sim nós temos psicóloga, mas em relação a isso não sei muito bem como funciona, sei que eles tem acompanhamento.

Auxiliar B

1. Que tipo de problemas trazem as crianças para a escola?

R: São crianças que não trazem problemas, apenas necessitam de mais atenção, carinho pois sentimos que têm carência afetiva.

2. Que tipo de relação estabelecem as crianças com os seus pares?

R: Cada criança é um caso específico, pois têm características e necessidades próprias. Conseguem usufruir um bom relacionamento com os seus pares. Nos recintos escolares brincam de forma aprazível com os seus amiguinhos.

3. Que tipo de comportamento disruptivos (de relação, fruto, agressividade, isolamento, ansiedade , frustração) apresentam no espaço escolar?

R: São crianças que se isolam, precisam de muita atenção, e têm uma auto-estima baixa.

4. Como vê a relação criança-instituição? O que revelam as crianças sobre a instituição oque contam)?

R: Nota se que são bem cuidadas, transmitem respeito pela instituição , não revelam nada sobre a instituição .

5. Que respostas é que a escola, presentemente, dá a estas crianças de forma a minimizar as dificuldades educativas?

R: Dá apoios pedagógicos, psicológicos e terapêuticos.

Auxiliar C

1. Que tipo de problemas trazem as crianças para a escola?

R: São miúdos normais como os outros, tem os seus problemas normais da idade, mas, ate hoje nada de especial. Nunca tivemos grandes problemas com os miúdos da Casa e já passaram bastantes por aqui. São as brigas do costume, talvez para chamarem a atenção, mas nada de muito relevante, penso que todos os miúdos passam por essas fases.

2. Que tipo de relação estabelecem as crianças com os seus pares?

R: Muito boa no geral, mas todos nos entendemos mais com uns do que com os outros, claro que notamos que as vezes tentam defender os amigos da Casa, ou porque são irmãos ou até outro familiares, mas nota-se um pouco essa ligação entre eles, o que me parece ser bom, é sinal que lá na instituição fazem um bom papel.

3. Que tipo de comportamento disruptivos (de relação, fruto, agressividade, isolamento, ansiedade, frustração) apresentam no espaço escolar?

R: Alguns sim são mais isolados, mas no geral estão bem integrados. E os outros miúdos como conhecem a situação deles nunca os deixam de parte. Em relação a agressividade nunca tivemos grandes situações. De fruto e frustração também não, Ansiedade noto algum, talvez em momentos mais específicos como por exemplo quando passam fim de semanas nas famílias, ai sim, nota-se um bocadinho a diferença, mas nada que não se resolva.

4. Como vê a relação criança-instituição? O que revelam as crianças sobre a instituição o que contam)?

R: Não costumam revelar nada sobre a instituição, mas nota-se que são muito bem tratados lá, e muito bem educadinhos.

5. Que respostas é que a escola, presentemente, dá a estas crianças de forma a minimizar as dificuldades educativas?

R: Nós cá temos apoio de psicólogo e educativo, de fora mas temos, para todos os miúdos mas claro as responsáveis estão sempre mais atentos a estes miúdos.

Diretora da instituição

1. Que tipo de dificuldades é que as crianças desta instituição mais manifestam (afetivas, de relação, comportamento, violência)

R: Tendo em conta as faixas etárias das crianças que acolhemos habitualmente, tem se verificado, com alguma frequência, situações de atrasos de desenvolvimento mais expressivos no que diz respeito às áreas motora e da linguagem expressiva. Do ponto de vista socio-afetivo, surgem algumas perturbações.

2. Que tipo de relação estabelecem as crianças com os seus pares? E com os adultos que com elas trabalham?

R: É um princípio da intervenção que se desenvolve na AAC, a promoção do estabelecimento de vínculos, na medida em que a componente afetiva é determinante para o desenvolvimento ajustado e a estabilidade socio-afetiva das crianças que acolhemos. Tentamos diariamente fortalecer os laços entre eles, e temos sido bem sucedidos. Em relação aos adultos, vê-nos exatamente assim, adultos. Somos os cuidadores.

3. Que tipo de comportamento disruptivos (de relação, fruto, agressividade, isolamento, ansiedade, frustração) apresentam no espaço institucional?

R: Nas situações em que se verificam perturbações da regulação, as crianças manifestam um baixo limiar de resistência à frustração e algumas condutas agressivas em relação aos pares e cuidadores. Contudo, essas situações são pontuais e pouco expressivas na dinâmica diária da instituição.

4. Como vê a relação criança-escola? O que revelam as crianças sobre a escola (o que contam)?

R: A integração das crianças institucionalizadas na AAC é realizada de forma a promover a sua normalização. Assim, tal como sucede com as crianças da AAC reagem à integração de forma, habitualmente, positiva.

5. Que respostas é que a escola, presentemente, dá a estas crianças de forma a minimizar as suas dificuldades educativas?

R: Dependendo das necessidades educativas individuais, a escola define as respostas mais, ajustadas, sempre em articulação com a equipa técnica da AAC.

6. Mediante as dificuldades educativas apresentadas que resposta dá a instituição?

R: A AAC conta com o apoio de um grupo de voluntários para assegurar o acompanhamento educativo das crianças em contexto institucional. Deste modo, diariamente, as nossas crianças beneficiam de apoio ao estudo. As crianças tem também acesso a um apoio psicológico.

7. A que entidades externas é que a instituição recorre de forma a minimizar as necessidades educativas destas crianças?

R: No sentido de fazer face às dificuldades educativas e desenvolvimentais específicas das crianças, a AAC conta com uma rede de suporte constituída por várias entidades, designadamente: ELI, ETAPAS, HSO, APCG, entre outras.

Auxiliares da instituição

Auxiliar A

1. Do seu ponto de vista, como vêm estas crianças o espaço instituição?

R: Aqui nós fazemos de tudo para que se sintam em casa, até porque isto é a casa deles, seja temporariamente ou não, é. E todos nós gostamos de nos sentirmos bem em nossa casa. E acho que regra geral conseguimos quase sempre. Claro que têm de aprender desde cedo o sentido de partilha, porque dividem quarto e tudo isso, mas se morassem em suas casas e tivessem irmãos assim também teria de ser. Nós fazemos de tudo para que aqui seja um verdadeiro lar. E eles gostam de estar cá, lógico que falam sempre em ir para casa, mas na minha opinião existem muitos que se sentem mais felizes cá. E eles têm orgulho em morar cá, por exemplo quando fazemos festinhas ou alguma coisa que represente a Casa da Criança eles mostram-se muito orgulhosos.

2. Que tipo de relação estabelecem as crianças com os seus pares?

R: Isso depende muito, eles têm idades muito diferentes. Os mais velhos ajudam os mais pequenos, sentem-se os irmãos mais velhos e sentem-se responsáveis por eles, assim como os mais novos respeitam os mais velhos, mas eu cá acho que é por eles serem um exemplo, e imitam-nos muito, o que por vezes para nós é bom outras vezes, quando é para as asneirinhas é mau. Mas são crianças e temos que perceber que é normal. E tentamos fazer com que tenham uma vida normal.

3. Que tipo de comportamento disruptivos (de relação, fruto, agressividade, isolamento, ansiedade, frustração) apresentam no espaço institucional?

R: Nada de especial desde que eu estou cá, como muitos deles estão aqui muito tempo é claro que existem fases mais desafiantes do que outras. Quando falamos nas famílias ou quando há visitas ou idas a casa, aí sim, nota-se uma

grande descida no comportamento deles. Por vezes isolam-se um pouco mais, talvez mais no início, mas de resto é normal.

4. Que dificuldades educativas mais se manifestam (relacionadas com a aprendizagem)

R: A nível de notas nada de mais, talvez por falta de afetividade e de carência a relação entre o outro se dificulte um pouco, mas eles não falam muito da escola, não acho que é por se sentirem mal lá, simplesmente porque são crianças e que não gostam de falar da escola.

5. Como vê a relação criança-escola? O que revelam as crianças sobre a escola (o que contam)?

R: Só falam se nos perguntarmos, regra geral não tem esse hábito. Fazem os seus trabalhos sempre com pressa para irem brincar, e pedem ajuda se precisarem, mas nada de muito diferente.

6. Que tipo de dificuldades é que as crianças desta instituição mais manifestam (afetivas, de relação, comportamento, violência)

R: Acho que como já disse é um bocado falta de carência e de afetos. Não são histórias muito bonitas, ninguém gosta de ficar sem o suposto “suporte de vida” ou sem segurança, e isso torna-os mais desconfiados e receosos. Há fases que estão mais ansiosos, talvez naquelas datas especiais, mas nos tentamos fazer de tudo para os amparar.

Auxiliar B

1. Do seu ponto de vista, como vêm estas crianças o espaço instituição?

R: Enquanto estão aqui eles são uns miúdos felizes, isto na minha opinião, sabem que esta casa é a casa deles, a nossa casa, a casa das funcionárias também, nos dizemos sempre a nossa casa e enquanto esta aqui são uns miúdos felizes.

2. Que tipo de relação estabelecem as crianças com os seus pares?

R: Isso depende das idades, em geral dão se bem, embora os mais velhinhos não tenham muito paciência para os bebés, e os de 7\8 anos procuram sempre os mais velhos como referência e tentam sempre imitar os mais velhos, já tivemos casos assim, um miúdo calmo, pacífico e um mais velho lhe trazia coisas que para ele até nem eram muito normais, como chamar atenção, fazer birras ele também se focavam muito nisso, procuravam ir muito por aí.

3. Que tipo de comportamento disruptivos (de relação, fruto, agressividade, isolamento, ansiedade, frustração) apresentam no espaço institucional?

R: Ansiedade nota-se muito quando eles vêm das visitas, porque é normal, existe aquela separação constante aos familiares, porque quer queiramos ou não são serão sempre as suas famílias. Agressividade é muito raro acontecer felizmente, também porque eles são mais pequenos, acredito que nas idades mais avançadas as coisas não sejam assim tão fáceis, mas também porque nós aqui temos regras e eles sabem que são para serem cumpridas, nesses casos não podemos facilitar. De resto o normal de crianças desta idade.

4. Que dificuldades educativas mais se manifestam (relacionadas com a aprendizagem)

R: Há miúdos que têm mais dificuldade do que outros, como é normal, mas aqui em casa tentamos sempre acompanhá-los e ajudá-los e lá na escola penso que também o fazem.

5. Como vê a relação criança-escola? O que revelam as crianças sobre a escola (o que contam)?

R: A relação é muito boa, na minha opinião. A relação com a escola é ótima. Eles não vão falando muito na escola, eu por regra geral todos os dias costumo perguntar como é que correu o dia e tal, e acho que sim que se sente lá bem, é

um dia normal como outra criança. Tanto falam nos meninos mal-comportados como nos bem-comportados e já se sabe como são as crianças todas juntas, há sempre aquelas chatices. O que nos tentamos dizer aos nossos, é o mesmo que eu digo aos meus filhos, procura sempre o melhor caminho e afastem-se dos meninos que se portam mal. Eu falo dos nossos meninos como se eles fossem mesmo nossos, e enquanto estão aqui são nossos, são tratados como tal, que são, e eu falo da minha porque eu não conheço a realidade das outras instituições, são tratados como nossos filhos, são a nossa preocupação.

6. Que tipo de dificuldades é que as crianças desta instituição mais manifestam (afetivas, de relação, comportamento, violência)

R: Quando vem para cá, criarem laços e relação com os outros é sempre uma desconfiança para eles, mas com o tempo a passar tudo se torna tranquilo. Em relação aos mais bebés isso nem começa a ser problema, são bebés, não conhecem. São crianças que requerem muita atenção, muito carinho e mimo, porque por norma não têm histórias fáceis. Mas eles sabem que aqui são bem tratados e que gostamos muito deles, por isso tudo acaba por ficar bem.

Auxiliar C

1. Do seu ponto de vista, como vêm estas crianças o espaço instituição?

R: A relação é boa, há sempre um ou outro conflito, mas a relação entre eles é boa.

2. Que tipo de relação estabelecem as crianças com os seus pares? Que tipo de comportamento disruptivos (de relação, fruto, agressividade, isolamento, ansiedade, frustração) apresentam no espaço institucional?

R: Não foge a regra. Comportamento normais entre crianças. Um conflito um com os outros de vez enquanto, mas nada de grave. Em relação ao isolamento não noto que existe, dão-se todos bem, até querem ajudar muito. Os mais velhos gostam muito de ajudar, não os bebés, mas ajudam muito os da

cresce, dão-lhes a mãozinha para irem para o refeitório, ajudam bastante, neste aspeto não se isolam, até pelo contrário.

3. Que dificuldades educativas mais se manifestam (relacionadas com a aprendizagem)

R: Em relação à escola já tivemos miúdos com muitas dificuldades, mas neste momento até temos os miúdos com muitas capacidades.

4. Como vê a relação criança-escola? O que revelam as crianças sobre a escola (o que contam)?

R: Nos perguntamos sempre como correu, mas eles não falam muito. Se nos não perguntarmos eles não dizem, mas se puxarmos por eles sim, vão falando alguma coisa. Em relação aos problemas na escola, nada de muito grave, só as sanguinhas do costume, são uns miúdos normais.

5. Que tipo de dificuldades é que as crianças desta instituição mais manifestam (afetivas, de relação, comportamento, violência)

R: Isso depende sempre muito de criança para criança. Claro que há sempre ansiedade, embora eles se sintam bem aqui, que se sentem, eles também sabem que tem um família lá fora e que não querem ficar aqui muito tempo e estão sempre à espera que acha respostas do outro lado, e aí sim existe aquela ansiedade, mas nós procuramos sempre dar aquilo que tinha na família e que não podem ter por várias razões, então nós tentamos sempre acompanhar

Apêndice 3- Exemplo do diário de bordo

**Diário de Bordo
(Docentes\responsáveis da instituição)**

Data: _____

- 1. Como foi o comportamento do aluno ao longo do mês? (alterações que ocorreram)**

- 2. Quais foram os momentos mais positivos?**

- 3. Quais foram os momentos mais negativos?**

- 4. Como foi o aproveitamento escolar do aluno ao longo deste mês?**

- 5. O que pode a escola\instituição fazer para colmatar estes momentos mais negativos? E para assegurar estes momentos mais positivos?**

**Diário de bordo
(Aluno)**

Data: _____

1. Quais os momentos positivos deste mês?

2. Quais os momentos negativos deste mês?

3. Como foi o meu comportamento?

4. O que poderei melhorar daqui para a frente?

5. O que vou fazer para melhorar o meu comportamento\aspets negativos referidos anteriormente?

6. Como me senti ao longo deste mês?

Autorização Associação Casa da Criança

Pedido de autorização à Associação da Casa da Criança

Exmo. Sr.º Diretor (a),

Venho muito respeitosamente através deste documento, solicitar à direção da instituição, a autorização para que eu, Rita Martins Ribeiro, no âmbito da realização do projeto de investigação de mestrado, sob o tema – De que forma é que a escola dá respostas às necessidades educativas das crianças institucionalizadas - estudo de caso em Guimarães, proceda à aplicação de entrevistas à coordenadora\educadora de infância e auxiliares desta instituição.

As informações obtidas destinam-se a recolha de dados que serão submetidos a análise qualitativa e apenas para uso exclusivo no presente estudo. Mais se regista que ficam garantidos a confidencialidade e o anonimato, pelo que a divulgação da informação obtida carecerá sempre da autorização dos intervenientes.

Solicito e agradeço, desde já, autorização para utilizar no texto do Estudo o nome da Associação da Casa da Criança, no que diz respeito à caracterização do contexto educativo dos participantes e/ ou nos campos estritamente necessários, salvaguardando que a dissertação deste Projeto poderá ficar disponível para acesso a consulta por outros (alunos/ investigadores/ ...).

Guimarães, 29 de junho 2019

Assinatura do (a) investigador (a) que solicita consentimento

Assinatura do (a) responsável da instituição, que consente a recolha de dados

Vera Lídia Fernandes
Associação Casa da Criança
ASSOCIAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA
Contribuinte n.º 513 096 639

Autorização Direção da escola

Pedido de autorização à Eb1\JI de Santa Luzia

Exmo. Sr.º Diretor (a),

Venho muito respeitosamente através deste documento, solicitar à direção da instituição, a autorização para que eu, Rita Martins Ribeiro, no âmbito da realização do projeto de investigação de mestrado, *sob* o tema – De que forma é que a escola dá respostas às necessidades educativas das crianças institucionalizadas - estudo de caso em Guimarães, proceda à aplicação de entrevistas as docentes e auxiliares de educação.

As informações obtidas destinam-se a recolha de dados que serão submetidos a análise qualitativa e apenas para uso exclusivo no presente estudo. Mais se regista que ficam garantidos a confidencialidade e o anonimato, pelo que a divulgação da informação obtida carecerá sempre da autorização dos intervenientes.

Solicito e agradeço, desde já, autorização para utilizar no texto do Estudo o nome da escola eb1\JI de Santa Luzia, no que diz respeito à caracterização do contexto educativo dos participantes e/ ou nos campos estritamente necessários, salvaguardando que a dissertação deste Projeto poderá ficar disponível para acesso a consulta por outros (alunos/ investigadores/ ...).

Guimarães, 29 de junho 2019

Assinatura do (a) investigador (a) que solicita consentimento

Assinatura do (a) responsável da instituição, que consente a recolha de dados


